

ATA N.º 1/2020

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2020:

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a constituição de cooperativa do ramo cultural, Rede Cultura 2027 Leiria - Cooperativa de Responsabilidade Limitada;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para desafetação de caminho público - Arlindo Fidalgo Antunes, Cabeça de Casal da Herança de;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização

prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para a aquisição de serviços para sistema de gestão comercial, impressão e envelopagem, referente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e doze minutos, encontrando-se na sala vinte e um dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor Henrique André da Silva Estrelinha (PS) compareceu no decurso da sessão, durante a aprovação da ata n.º 8, e o senhor António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP) compareceu no decurso da prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 6/2019, respeitante à sessão ordinária do mês de setembro, realizada no dia 27 de setembro de 2019, a ata n.º 7/2019, respeitante à sessão extraordinária de novembro, realizada no dia 22 de novembro de 2019, e a ata n.º 8/2019, respeitante à sessão ordinária de dezembro, realizada no dia 13 de dezembro de 2019, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 6/2019 – Aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor.

Ata n.º 7/2019 – Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Ata n.º 8/2019 – Aprovada, por unanimidade, com dezoito votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Estava incluída no expediente uma carta que recebeu de um munícipe sobre o Portinho da Areia e a exploração que lá existe. Solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para apresentar elementos sobre o ponto de situação daquela situação de um café que está, atualmente, fechado e quais as causas.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Comunicou à senhora Deputada Maria João Avelar que o assunto tinha sido discutido em reunião de Câmara e informou o senhor Presidente da Câmara que havia uma situação para dar resposta.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Sobre este assunto, solicitou um parecer jurídico, informando que entregou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a informação escrita.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Leu a informação que lhe foi disponibilizada:

«Arrendamento de terreno municipal no Porto de Areia Sul, informação:

Na sequência do pedido de esclarecimento pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, cumpre informar que a 30 de junho de 1997, a Câmara Municipal deliberou arrendar o terreno municipal, a ocupar com a construção de viveiros para mariscos e um estabelecimento de café, na zona do Porto de Areia Sul, em Peniche. Nos termos da alínea a) da deliberação suprarreferida o

arrendamento foi efetuado pelo prazo de quinze anos até 2012, renovável a partir deste período ano a ano até ao máximo de 5 anos até 2017. Nos termos da alínea b) da mesma deliberação, o arrendamento para além de 20 anos a partir de 2017 fica condicionado à renegociação e acordos sobre as respetivas condições. Nos termos da alínea h) da referida deliberação decorridos os primeiros 15 anos de arrendamento a Câmara Municipal reservou o direito a não renovar o arrendamento e a notificar o arrendatário a remover as instalações e entregar o terreno desocupado sob pena de não o fazendo de a Câmara lhe poder substituir por conta do arrendatário. Nos termos da alínea i) da referida deliberação aplicar-se-ia a alínea h) da deliberação quando concluído o prazo de 20 anos 2017 não fosse possível chegar a acordo sobre o novo arrendamento. A 16 de setembro de 2011 foi afixado o Edital n.º 30/11, que dispunha que em virtude da queda de vários blocos da arriba existente no Porto da Areia Sul, havendo o risco de desmoronamento da mesma e estando em causa a segurança de pessoas e bens foi determinada a cessação imediata da utilização de todo o espaço posterior do estabelecimento comercial pelo tempo necessário à reposição da segurança de pessoas e de bens constituindo crime de desobediência o desrespeito do ato administrativo. A 5 de março de 2012, o Gabinete Jurídico informou sobre as condições do arrendamento entre a Câmara Municipal e os Viveiros Porto da Areia Sul Comércio de Bivalves, L.da, deliberadas em 30 de junho de 1997. O Gabinete Jurídico concluiu que se a Câmara Municipal pretendesse denunciar o contrato de arrendamento deveria notificar o arrendatário de forma a que tomasse conhecimento de tal facto, com a antecedência mínima de 6 meses e que dispunha de 8 meses, a contar da notificação efetiva, para remover as instalações e entregar o terreno desocupado. A 23 de março de 2012, a Câmara Municipal deliberou notificar a empresa arrendatária de que atendendo às deficientes condições de segurança do local a Câmara Municipal apenas estava disponível para prorrogar o contrato de arrendamento por mais um ano, ou seja até 29 de junho de 2013. Ao abrigo da alínea b) da deliberação de 30 de junho de 1997, que aprovou o arrendamento. A 2 de abril de 2012 foi expedido o ofício ao arrendatário a notificar da deliberação de 23 de março de 2012. A 31 de agosto de 2012 foi paga a última renda processada e referente ao próprio ano. Atendendo a todo o exposto o prazo do contrato de arrendamento terminou a 29 de junho de 2013, nos termos da notificação efetuada através do ofício datado de 2 de abril de 2012. Nestes termos não existe qualquer relação contratual entre o Município e a empresa Porto da Areia Sul Comércio de Bivalves L.da.»

Maria João Avelar (PSD)

Perguntou se houve o processo negocial que estava previsto, e como decorreu.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Foi executada uma deliberação da Câmara Municipal, de 2012, uma vez que não tinha sido executada.

Reuniu várias vezes com a família, inclusive, mais que uma vez, com a presença do advogado, e disse que iriam fazer aquilo que está a ser feito neste momento. Na sua opinião, não era benéfico, para ninguém, estar a discutir o assunto publicamente.

Sinceramente, preocupou-se com a razão da deliberação da Câmara, no mandato anterior, e as razões eram evidentes. Se a Câmara tomou aquela decisão, já no momento, atualmente são mais evidentes, e face a isso concentrou-se em procurar encontrar soluções logo que foi possível, nomeadamente, tentar encontrar meios para defender a falésia ou a arriba que está atrás do edifício. Não havia nada feito, nem sequer relatórios sobre a situação, solicitaram à APA para o fazer, que monitorizou a arriba, pelo menos, três vezes, e confirmaram aquilo que eram as convicções do executivo municipal que tomou aquela decisão. Referiu que procuraram contratar os serviços para fazer o levantamento topográfico, porque o serviço de topografia municipal não tem a especialidade que se impunha naquela situação, e de seguida procuraram contratar o projeto de execução para intervenção. Procuraram aproximar-se do Secretário de Estado que, no fundo, superentende um determinado programa comunitário e foram, também, ao encontro da responsável daquele programa, o POSEUR, acompanhado de vários técnicos, para os sensibilizar em relação à gravidade e à prioridade daquela situação, ao mesmo tempo apresentaram propostas para a execução de três passadiços na Baía Norte, que foi aprovado, em reunião extraordinária, para a candidatura em finais de agosto. Posteriormente, as candidaturas relativas aos passadiços vieram aprovadas e foram colocadas várias questões sobre o nosso propósito. Referiu que aquilo, em determinada altura, teve previsto como possibilidade de candidatura, com cento e cinquenta mil euros, neste momento ultrapassa os quatrocentos e cinquenta mil euros e está aprovada, e aguardamos que a obra seja executada. Deu conta que a questão foi várias vezes abordada em reunião de Câmara e com a preocupação manifestada de alguns senhores Vereadores, e sempre disse que a prioridade era conseguirem forma de intervir nas falésias e este caso seria para intervenção ou decisão posterior. Disse, ainda, que que aquela informação estava a ser prestada à Assembleia Municipal antes de ser prestada aos senhores membros do executivo, porque só chegou hoje. Em relação ao processo jurídico, o executivo municipal terá que abordar a situação e se quiser abordar e aprofundar há questões que estão referidas no próprio relatório que podem ser aprofundadas e ver quais são as melhores soluções que a Câmara encontrará para resolver este assunto.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Informou que está marcada uma reunião, para o dia 10 de março, às 21 horas, nas Caldas da Rainha, entre a equipa da Saúde e as Assembleias Municipais de Peniche, Torres Vedras e Caldas da Rainha. Deu conta que já contactou todos, faltando apenas o senhor Deputado José António Amador.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Mariana Rocha (CDU):

Apresentou, verbalmente, em nome da bancada da Coligação Democrática Unitária, a moção que a seguir se transcreve:

«MOÇÃO

8 de março - Dia Internacional da Mulher.

A luta pela Igualdade é uma luta de todos os dias. O Dia Internacional da Mulher instituído por proposta de Clara Zetkin, em 1910, é uma comemoração sentida e com uma profunda ligação à luta das mulheres em cada país pela igualdade na lei e na vida, contra as discriminações e violências de que as mulheres são alvo, por melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente, pela redução do horário, por melhores salários pela igualdade salarial. O Dia Internacional da Mulher é uma data que está historicamente associada à importância da luta organizada das mulheres contra a exploração e opressão a que são sujeitas, indissociável da exploração sobre o conjunto dos trabalhadores decorrente da natureza e contradições do sistema dominante e Capitalismo. O dia 8 de março mantém, passados 110 anos da célebre proposta de Clara Zetkin, uma grande atualidade e relevância nacional e internacional, embora na atualidade surge a várias vezes desligado da sua origem histórica e da importância do papel da participação e luta das mulheres, tentando-se passar uma difusa mensagem centrada exclusivamente na ideia de um dia de festa relegando para 2º plano a origem histórica e as causas sociais e culturais da sua celebração e, sobretudo, as profundas discriminações violências e desigualdades a que as mulheres continuam a ser sujeitas. Com a Revolução do 25 abril 1974 a igualdade entre homens e mulheres foi finalmente consagrada na lei. Contudo, a mudança de mentalidades não acompanhou a lei em variadas matérias persistindo vários elementos de discriminação entre homens e mulheres na sociedade portuguesa, as mulheres constituindo a parte da população mais afetada pela pobreza, comprovam que princípios constitucionais fundamentais ainda estão por cumprir. As mulheres são particularmente afetadas pela precariedade, o desemprego, a desregulamentação dos horários de trabalho e pelo abuso e negação de direitos ao trabalho por turnos e em laboração contínua, recebem menos na remuneração média mensal comparativamente com os salários dos homens, são a maioria das vítimas de assédio moral e de doenças profissionais, são penalizadas pelo exercício dos direitos de maternidade, nomeadamente no direito ao trabalho e no acesso a cargos superiores, constituem a maioria dos reformados onde o risco de pobreza é maior, sofrem de múltiplas discriminações em função da condição social, da deficiência, da idade, da nacionalidade ou da entidade de género são a maioria das vítimas nas redes de prostituição e de tráfico de seres humanos. São a esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica. Estas e outras injustiças e discriminações reclamam o prosseguimento da ação e luta por uma efetiva igualdade na vida, nomeadamente, pelo emprego efetivo e com direitos, pelo aumento dos salários e a garantia do princípio do salário igual para trabalho igual ou de valor igual, pela redução do horário de trabalho semanal para as 35 horas, pela valorização das profissões e evolução das carreiras sem discriminações, pela criação de infraestruturas sociais de apoio que permitam a conciliação efetiva entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, pelo cumprimento e exercício da lei da maternidade, pelo combate ao assédio moral e sexual, nomeadamente, em contexto laboral, pela eliminação de

todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo o lenocínio, o tráfico de seres humanos e a violência doméstica, entre outras.

Assim, a Assembleia Municipal de Peniche reunida no dia 28 de fevereiro de 2020 decide afirmar o compromisso e apoiar a luta emancipadora das mulheres contra todas as discriminações injustiças e violências de que são alvo, apoiar todas as iniciativas que afirmem o dia 8 de março como um dia de valorização e saudação do papel das mulheres na sociedade portuguesa e de intervenção e luta a pela garantia e a da igualdade na lei e na vida. Saudar a iniciativa da CGTP-IN e dos seus sindicatos de levarem isso feito a semana pela Igualdade que decorrerá entre 2 e 6 de março. Saudar e apoiar a realização da manifestação nacional de mulheres organizada pelo Movimento Democrático de Mulheres, no dia 8 de março em Lisboa com o lema "A força da unidade em defesa dos direitos das mulheres e pela paz no mundo".»

Inês Lourenço (GCEPP):

Subscreveu a moção, em nome da Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apoia a mesma.

Ademar Marques (PSD):

Concordou com a moção, mas acha que seria importante dizer que, de facto, daquilo que lhe dizem, foi a grande conquista destes quarenta e alguns anos, depois do 25 de Abril, foi, de facto, de uma maior igualdade dos direitos das mulheres, portanto, é um caminho que se deve continuar a percorrer, mas, também, não poderiam dizer que está tudo uma desgraça. Felizmente, quando olhamos à volta, estamos cá homens e mulheres, e não sei se não estamos em minoria, os homens, mas se assim for, é bom. O Partido Social Democrata apoia, naturalmente, esta moção.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Obviamente, o Partido Socialista, também, subscreve o teor da moção e o texto, todavia pedíamos que no texto fosse, pelo menos, incluído, não só aquela iniciativa, mas todas as outras iniciativas que também vão decorrer, na mesma altura, por outras entidades. Referiu que sendo subscrita pela Assembleia Municipal e, apesar de concordar também com o senhor Deputado Ademar Marques, que já se percorreu um caminho, é um caminho que tem que se continuar a caminhar. Concordamos em pleno com o teor do texto, mas não nos devemos cingir somente à especificidade da CGTP-IN, devemos colocar todas as iniciativas que sejam realizadas no âmbito da igualdade.

Mariana Rocha (CDU):

Disse que:

Quando referiu aquele parágrafo, foi com um conhecimento de causa, a CGTP tem já marcado, de 6 a 8 de março, e o tema é sobre a igualdade e no contacto com os trabalhadores nos locais de trabalho, mas não temos qualquer objecção em que se possa

juntar outras entidades que o façam na mesma semana. Tomámos conhecimento da CGTP, mas não temos nada a opor que se incluam outras, desde que se saiba ou que se possa acrescentar, não temos problema.

Ângelo Marques (PS):

Só para que fique claro, disse que nada tinham a opor o facto da inclusão da CGTP-IN, mas para ter uma dimensão maior, na sua opinião, não se deveriam cingir só àquela que especificou.

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Apresentou, verbalmente, dois votos de congratulação pela excelência do trabalho que tem vindo a ser feito, nomeadamente, na primeira pessoa que sugeria.

“Temos no nosso concelho e particularmente na Freguesia de Atouguia da Baleia um desportista que tem tido um trabalho exemplar ao longo dos anos. Começou há muitos anos como atleta de ténis de mesa na União Desportiva de São Bernardino, depois ingressou na equipa de ténis de mesa do Sporting Clube de Portugal. Neste momento, é treinador da Seleção Portuguesa de Ténis de Mesa, com um trabalho profícuo, com grandes classificações na Seleção Nacional de ténis de mesa, a última das quais foi a qualificação para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Propôs à Assembleia Municipal um voto de congratulação pelo trabalho realizado pelo Francisco Santos, atual treinador de ténis de mesa da Seleção Portuguesa de Ténis de Mesa.”

“Gostaria de congratular a Isabel Cardoso, uma miúda de Atouguia da Baleia, que foi recentemente Internacional de Futebol Feminino, de Sub-15, porque são exemplos destes que nos dignificam e valorizam parcialmente a nós e ao nosso concelho.”

Inês Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, em nome da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, a moção que a seguir se transcreve:

«MOÇÃO

Pelo aumento da quota de captura da sardinha:

A partir de 12 de outubro de 2019 ficou “interdita a captura, manutenção a bordo e descarga de sardinha, com qualquer arte de pesca, na zona 9, definida pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar”, nos termos do Despacho n.º 9004-A/2019, de 8 de outubro de 2019. Esta interdição trouxe, uma vez mais, dificuldades para um sector chave e de grande relevância para a economia local. A Portaria n.º 394/2019, de 11 de novembro, considera a sardinha um recurso estratégico para a pesca portuguesa, para a indústria conserveira e de transformação de pescado e para as exportações de produtos da pesca e do mar. Assim, a gestão da captura desta espécie exige que a exploração da atividade assegure a sustentabilidade dos recursos e, também, a sustentabilidade social e económica dos pescadores. Com as restrições à pesca da sardinha, a frota do cerco fica interdita de exercer a sua atividade durante o período do “defeso”, ficando, assim, o seu futuro ameaçado. Está, portanto, em causa a continuidade das embarcações que operam com a arte de cerco e que correm o risco de desaparecer.

Os dados científicos registaram um aumento de 24% da quantidade de biomassa de sardinha, em 2019, na Península Ibérica. O que nos permite acreditar numa recuperação do stock de sardinha nas águas ibéricas.

No Encontro Ibérico sector da pesca da sardinha, realizado no dia 21 de novembro de 2019, em Matosinhos, vinte e duas organizações representativas da pesca da sardinha e da pesca do cerco de Portugal e Espanha aprovaram um documento onde relembram que os cinco anos de restrições a esta atividade colocaram o sector numa situação difícil e com incertezas quanto ao futuro. Por este motivo, entenderam que as possibilidades mínimas de pesca de sardinha para garantir a sobrevivência deste sector não podem ser inferiores a 30.000 toneladas para este ano de 2020.

A Câmara Municipal de Peniche, em reunião de 14 de outubro de 2019, solicitou ao Governo a promoção das seguintes iniciativas: validar o excedente atual do recurso da sardinha; validar os fortes recrutamentos do ano 2018 e 2019; e, validar o nível bastante acentuado de produtividade do stock que se obteve nos últimos dois anos. Garantindo, deste modo, que o parecer do ICES respeite os dados positivos e a melhoria na quantidade de sardinha, resultado da gestão restritiva (vulgo defeso) que os pescadores nos últimos anos adotaram.

Pretende-se, assim, que as possibilidades de pesca em 2020 que estão a ser definidas para Portugal, sejam superiores às quotas dos últimos dois anos e em consonância com as quantidades de sardinha.

Dar conhecimento desta moção às seguintes entidades:

Presidente da República,

Primeiro-ministro,

Ministro do Mar,

Secretário de Estado das Pescas,

Os Grupos Parlamentares da Assembleia da República,

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM),

ANOPCERCO - Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do

Cerco,

Comissão Europeia,

Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM),

Instituto Português do Mar e da Atmosfera,

Associação Nacional de Municípios Portugueses,

Municípios com Portos de Pesca,

e

Órgãos de Comunicação Social.»

José António Amador (CDU):

Disse que:

Tudo o que fossem moções a propor, o aumento da quota da sardinha por números realistas, teria sempre o apoio daquela bancada. Em relação à questão que lhes é colocada na moção, iriam aprovar a moção, mas existem, na verdade, algumas coisas que provavelmente teriam que ser corrigidas, por exemplo, “as possibilidades de pesca para

2020 serão determinadas pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar” na sigla inglesa, o ICES são, na verdade, uns fundamentalistas que não respeitam ninguém. Referiu que, nesta altura, as associações propõem e nós concordamos, face aos dados que há dos cruzeiros que foram feitos em 2019, e que vêm confirmar aquilo que os pescadores e armadores dizem, que há abundância de sardinha no mar, que se possa pescar aquela quantidade, as trinta mil toneladas, e não irem para os números que o ICES propõe para 2020, que são quatro mil e tal toneladas, o que significa que com esta pescaria, trabalhavam um mês e ficavam onze meses parados, que na verdade não se compreende. Também não se compreende as conclusões apresentadas por aquela organização sobre a sardinha, porque, na verdade, como a produtividade esteve em baixo, os pescadores fizeram um sacrifício, andaram cinco meses ao mar e ficaram sete meses parados, tiveram um mês de compensação, houve um ano que tiveram dois, mas os sacrificados foram os pescadores e as suas e as suas famílias. Entendem que a sardinha é, na verdade, um acordo ibérico entre Portugal e Espanha, tendo em conta os pareceres que são colocados pelas entidades responsáveis, e o que dizem os cruzeiros que foram feitos em 2019 é que há abundância de sardinha no mar e que se pode capturar muito mais sardinha, portanto, a Coligação Democrática Unitária está de acordo com a proposta apresentada pela Associação e de acordo com a moção, mas pensam que deveria haver uma alteração, quando diz que *“as possibilidades de pesca são determinadas pelo Conselho”*, mas na verdade, o Conselho dá uma opinião que é meramente consultivo, não é vinculativo, e se não chegarem a acordo, Portugal e Espanha, com os dados que têm isto passa na verdade para a União Europeia que tomará uma medida, e aí é que, desculpem a expressão, «a porca torce o rabo», porque a União Europeia tem tendência para ir atrás daqueles fundamentalistas, e se houver um acordo entre Portugal e Espanha, e as Associações estejam todas de acordo, na sua opinião, isto poderá ir por diante e o ICES fica sem argumentos para estar permanentemente a dizer que tem que se reduzir, porque o que ele quer é acabar com a pesca da sardinha e nós não estamos de acordo.

Presidente de Junta de Freguesia de Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Em primeiro lugar gostaria de saudar todos aqueles que organizaram e participaram nas recentes atividades no Carnaval em todo o concelho, portanto, deixou uma palavra de apreço para o movimento associativo, para a Câmara Municipal, para as Juntas de Freguesia e para todos os grupos que participaram, ativamente, naquelas atividades.

Relativamente às propostas apresentadas, começava pela que foi apresentada, e que o senhor Deputado José António Amador acabou de referir o sentido de voto da Coligação Democrática Unitária que, obviamente, será favorável, mas não estão satisfeitos, relativamente aos valores das quotas que foram aprovadas, acham que é possível ir mais longe, portanto, essa é a questão essencial, e todas as informações que dispõem vão nesse sentido.

Em segundo lugar, considera que na proposta falta um parágrafo de valorização do papel do movimento associativo do setor, relativamente àquela luta. Referiu que esta é uma luta que não foi deste ano, foi dos últimos anos, para mostrar à União Europeia e a todos aqueles que tomam decisões sobre questões que são nossas, que têm a ver com o setor da pesca, que estavam claramente enganados relativamente à quantidade de peixe que era possível pescar, nomeadamente a sardinha.

Deixou uma nota, também, importante, relativamente às duas propostas apresentadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara. Referiu que o senhor Francisco Santos é um desportista de eleição do nosso concelho, tem, relativamente ao seu pergaminho desportivo, sem dúvida nenhuma, uma evolução notável, a todos os níveis, por isso, tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal, julgo que a própria Junta de Freguesia, em determinada altura, já o manifestou e já lhe foram atribuídas quase todas as condecorações que ele tem direito, mas o senhor Francisco Santos vai muito para além disso, além de desportista, é uma pessoa inacreditável, do ponto de vista humano, e gostaria de sublinhar isso.

Deixou, também, uma nota de apoio à proposta, relativamente à senhora Isabel Cardoso, desportista na sua área e que está a iniciar agora todo um percurso que esperamos todos que seja de muito sucesso.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Votariam, também, a favor aquela moção. Referiu que o Partido Social Democrata tem apoiado sempre as iniciativas de defesa dos interesses dos pescadores, sempre com a salvaguarda de que temos a certeza que qualquer Governo defende os melhores interesses de Portugal e, certamente, se não consegue mais é porque nós estamos integrados numa única organização que nos beneficia, mas que nos restringe às vezes, e que não atende a todas as nossas reivindicações, mas tal como no passado, e não é hipócrita de dizer uma coisa diferente do que disse no passado, tal como no passado dizia que tinha a certeza que o Governo defendia os melhores interesses do País, tem a certeza que, também, o atual Governo fará o mesmo.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que o Partido Socialista, obviamente, concorda com a moção e, também, que concordam com a correção sugerida pelo senhor Deputado José António Amador fez.

Solicitou uma pequena correção, em vez de ser Ministra ser Ministro do Mar.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Apresentou, verbalmente, um voto de congratulação, à Rita Jorge, atleta de Ferrel, porque saiu vencedora no Portugal Open 2020, realizado pela Federação Portuguesa de Xadrez.

Ademar Marques (PSD):

Disse que para além de concordar, sugeria que se passasse ao período de intervenção do público.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, em relação àquele ponto e considerando que todos se pronunciaram, todas as moções apresentadas seriam consideradas aprovadas.

Ângelo Marques (PS):

Informou que, relativamente à moção sobre a pesca da sardinha, não participava na votação.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MANUEL SALVADOR:

Disse que estava ali como município.

Desde já gostaria de, primeiro dar os parabéns a todos os senhores Deputados e ao executivo municipal, porque realmente a população não dá valor às pessoas que vêm, a uma sexta-feira à noite, fazer este trabalho e é pena.

Referiu que o assunto que o levava ali tinha que ver com o orçamento participativo de 2017, ao qual enviou um email para participar, e não obteve resposta. Disse que o orçamento participativo, no seu ver, nasceu torto, e tudo o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita, e a conclusão das próprias propostas do Orçamento Participativo, no seu ver, não estão a ser concluídas da melhor forma. Primeiro, na sua opinião, o valor de 2017 foi irrisório. Relembrou o que aconteceu, naquela altura, na apresentação do orçamento participativo, nesta sala, com a então senhora Vereadora Clara Abrantes, que disse, e passo a citar: *«Todas as propostas vencedoras do orçamento participativo poderão sofrer uma alteração substancial ao seu valor inicial, caso o executivo municipal na análise das propostas assim o entenda como benéfico para o local da sua implementação, bem como para a população em geral, sem prejuízo da génese do orçamento participativo, e tendo sempre em conta a base da ideia inicial.»* Ora, no seu caso, e ainda bem que assim foi, o equipamento que ali está, tem um valor muito elevado, e realmente tinha razão na proposta que apresentou, não no projeto, mas sim na proposta, que são coisas parecidas, mas são diferentes. Referiu que a proposta foi a pensar nos seus filhos e em todas as crianças, e assim é porque está sempre cheio, e ainda bem. Disse que na conclusão do orçamento participativo foi cinco vezes à Câmara Municipal solicitar a conclusão da proposta, mas na última vez que foi, o senhor Presidente, na altura, até solicitou à então Vereadora que fosse chamado para dar alguns contributos. Deu conta que aquilo foi durante a manhã e na mesma tarde decorreu a aprovação do projeto que

ali está, ou seja, contributos só o deu após a aprovação do próprio projeto, que não está concluído, na sua opinião, porque, para além do equipamento, solicitava a colocação de três bebedouros, porque aquilo não só é uma área de lazer, mas é uma área desportiva e faltam lá bebedouros. Disse que, na altura, foi-lhe dito que não seria possível coloca-los, porque teriam de ser ligados à rega, mas pensa que a BP, o Sportágua e o edifício da Rip Curl, não estão ligados à rega, estarão, certamente, ligados à rede de águas, portanto, não vejo a impossibilidade de serem colocados os restantes bebedores que faziam parte da proposta. Referiu que ficou espantado quando, hoje, viu o edital da Câmara Municipal para segunda-feira e novamente irá uma proposta para a aprovação à Câmara de uma nova proposta de orçamento participativo, não é assim que lá está, mas o equipamento que lá está vinha de uma proposta que não sabe se quem propôs foi chamado também para dar os seus contributos ou se só o irá fazer após o projeto estar aprovado, porque se assim for os contributos que se irão lá dar não servem para nada. Disse que na altura em que foi dar os seus contributos para o tal projeto lhe foi dito, pela Vereadora de então, e foi apresentado de uma forma excelente pela engenheira, o projeto, pelo que agradeceu, o seguinte: «*Dá como terminada e está implementada a sua proposta do orçamento participativo.*» Disse, ainda, que daquele orçamento participativo surgem normas e houve umas que foram aprovadas, inclusive na Assembleia Municipal, senhor Presidente, foram aprovadas por si nesta bancada, que na altura, realmente disse que não era muito a favor de orçamentos participativos, era mais a favor de orçamentos participados como o de Loures, mas, no entanto, na altura, aprovou as normas que agora não as cumpre, porque há artigos que não estão a ser cumpridos. Perguntou primeiro aos senhores Deputados se era daquela maneira que pretendiam a existência de participação pública, porque as pessoas participam, mas depois são postas de parte e, por outro lado, se as normas que ali aprovadas são apenas para passar para marcar passo, não servindo rigorosamente para mais nada, porque depois quando é preciso pô-las e cumpri-las, não o são. Informou que a ata era de outubro de 2016, onde constam as normas do orçamento participativo. Referiu que só deveria existir um novo orçamento participativo após todas as propostas de 2017 estarem concluídas, e ainda falta o quiosque turístico, em Atougia da Baleia.

Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

As atas refletem aquilo que são as nossas intervenções nos diversos momentos. Há pouco o senhor Deputado Ademar Marques dizia que tinha que ser coerente com aquilo que dizia no passado, também tem que ser coerente com aquilo que dizia no passado e no passado fazia parte do grupo de pessoas que considerava e considera que o orçamento participativo não é o Alfa nem o Ómega do poder local, no entanto, não deixou de dar mérito àquela iniciativa. Referiu que o orçamento participativo, para si, só fazia sentido se o valor financeiro fosse um valor aceitável. Julga que é esse o desafio que se coloca, relativamente ao poder local, nomeadamente às Câmaras Municipais, porque têm orçamentos muito maiores, de forma a que as pessoas possam apresentar propostas

e que a sua execução seja, de facto, cumprida. Daquilo que foi dito pelo senhor Manuel Salvador, não percebeu aquela do nascer torto. Na sua opinião, o orçamento participativo nasceu direito, se está a ser cumprido ou não, não é um problema de tortura nem de estar, em termos de fisionomia, bem sentado ou mal sentado ou ter um problema qualquer. Referiu que não nasceu torto, nasceu como deve de ser, havia pessoas que tinham pontos de vista diferentes, o que é normal também, mas ele foi criado, foi dinamizado e, felizmente, houve projetos e há projetos, nomeadamente um que foi aqui referido. Relativamente à questão dos bebedouros, não sabe se eram três, dois ou um, na sua opinião, devem ser colocados, fazem sentido se é uma necessidade e ainda por cima, as crianças vão ali, os pais das crianças também vão, faz sentido avançar. Houve uma coisa que não percebeu bem e gostava que o senhor Manuel Salvador pudesse dar uma informação, porque percebeu mal, foi dito que não está lá nenhuma placa alusiva a este projeto, junto ao equipamento. Disse, ainda, que, na sua opinião, se não está, deveria estar, porque se foi objeto daquele tipo de iniciativa deveria estar o nome da iniciativa com uma placa de quem sugeriu. Quando fazemos inaugurações não fica lá a dizer que *"esta obra foi inaugurada por sua excelência..."* seguido do nome da pessoa e o cargo da pessoa, neste caso, acho que fazia todo o sentido também estar.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

O Partido Social Democrata foi sempre, desde o princípio, muito antes de ser aplicado, um defensor do orçamento participativo, e a proposta foi do Partido Social Democrata. Referiu que foi negociada a inclusão pelo Partido Social Democrata e saudaram a feitura do regulamento e a sua aplicação. Acharam que foi feito tudo um bocadinho à pressa, porque era ano de eleições e, portanto, era preciso fazer para mostrar que se estava a fazer um orçamento participativo, apesar de, manifestamente, não haver tempo para o fazer como devia ser. Disse que o valor também era curto, porque para cada projeto ficava muito pouco dinheiro para fazer alguma coisa em condições. Referiu que, havendo a abertura que a senhora Vereadora, na altura, manifestou para que os valores fossem incrementados, enfim, é uma boa solução para que surjam ideias, e elas surgiram, foram votadas e ganharam. Disse, ainda, que por várias vezes, nesta Assembleia, lamentaram o facto de ainda não terem sido cumpridas todas as propostas que foram apresentadas que, com ou sem alterações, já deveriam estar. Recordou que, há cerca de um ano, foi dito que o prazo de conclusão só terminava, crê, em 2019, já estão em março de 2020 e as propostas ainda não estão concluídas e deveriam estar, mas, mais do que isso, já passaram vários anos em que está em vigor um regulamento que a Assembleia aprovou e que obriga a Câmara Municipal a fazer um orçamento participativo e não está a ser feito. Ouvia falar de um novo regulamento quando este se aplicou uma única vez e se havia coisas a corrigir era logo no ano a seguir à sua aplicação que deveria ter sido corrigido, porque vão, provavelmente, chegar à mesma situação, que no ano das eleições vai outra vez haver um orçamento participativo e isso não está certo, porque o orçamento

participativo é para mobilizar as pessoas a participar sempre, a dar ideias, a contribuir e não é só nos anos das eleições que as pessoas têm que ter ideias, devem tê-las, mas têm que as aplicar depois de ganhar as eleições, mas, sobretudo é importante que este sinal de acolher a participação pública não fique pelo contrário que é as pessoas apresentaram as suas propostas, houve uma votação, algumas foram feitas outras ficaram por fazer. Depois, querer-se rever o regulamento que é uma coisa que lhe faz muito pouco sentido, sobretudo, não se tendo tentado novamente perceber se havia erros por corrigir ou não. Apelou que se percebesse, de uma vez por todas, se, estando um regulamento em vigor, seria para aplicar ou não e já deveria estar a ser aplicado, e deveria estar a correr uma nova edição do orçamento participativo. Deu conta que foi isso que defenderam sempre e é isso que continuavam a defender. Caso haja coisas a corrigir, então que se diga quais são, não é estar aqui a ver até ao fim, sempre a analisar até ao fim para depois decidir qualquer a coisa.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

De facto, o Partido Socialista tem sempre levantado a questão do orçamento participativo, ou seja, o não cumprimento do regulamento, nomeadamente naquilo que são as reuniões de discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento na Assembleia Municipal, em 2018 e 2019. Referiu que, em 2018, quando abordaram as Grandes Opções do Plano para 2019, para depois de abordarem aquela situação, o senhor Presidente respondeu que lhe caberia um reforço de dotação orçamental. No ano 2019, referiu que seria o dobro da dotação, a verdade é que a dotação em papel seria o dobro, mas depois não se aplicou, o que lamentam. Restava continuar e reforçar para que aquela reformulação do regulamento fosse feita, caso seja realmente necessária. Informou que, na última sessão de dezembro de 2019, onde foram discutidas as Grandes Opções do Plano, voltámos a falar sobre a necessidade de cumprir aquele regulamento, inclusive falaram sobre a ausência, ainda, da construção do parque Canino que estava previsto e que foi aprovado na altura pelo Orçamento Participativo 2017 e pelo que eu percebi, irá à próxima reunião de Câmara uma proposta da Câmara Municipal e esperemos que seja construído o mais rapidamente possível muito obrigado.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Relativamente a este assunto, embora não esteja muito por dentro daquela orgânica, sabe, porque vai acompanhando mais ou menos de perto a questão do orçamento participativo, que foi aprovado para a Atouguia da Baleia, a construção de um quiosque turístico, a ser colocado no Largo da Igreja da Nossa Senhora, e de alguma forma tem ouvido lamentos, em conversa entre os jovens, porque foi um grupo de jovens, cidadãos de Atouguia da Baleia, que se candidataram àquele projeto, e alguma mágoa porque as coisas têm vindo a ser adiadas constantemente e, segundo, o projeto que

inicialmente tinha sido discutido e aprovado, hoje está desvirtuado por limitações financeiras para a construção do projeto que tinha sido proposto. Referiu que sabia os valores que a Câmara tinha atribuído, mas na discussão para encontrar uma solução, tem vindo a reduzir a sua aplicação. Ouvi agora do senhor Manuel Salvador que tinha sido introduzido pela Vereadora e, como disse, não acompanhou nada aquele assunto e, também, nunca lhe tinha sido dito que, na altura, a senhora Vereadora tinha admitido, como um cenário eventualmente possível, alargar mais o esforço financeiro da Câmara de forma a abarcar, se fosse caso disso, a resolução da candidatura ganhadora, e o que se estava a passar não era isso. Referiu que tinha consciência da mágoa, de algum desconforto, que o assunto tem causado, porque, para além de se estar a protelar, e não diria *ad eternum*, enferma desta questão que, na sua opinião, se deveria reconsiderar e ser reanalisado. Disse, ainda, que sabia que os dinheiros são sempre poucos, mas há compromissos e há que tentar ajustar as coisas de forma a que, pelo menos, não se desvirtue a proposta ganhadora do projeto do quiosque turístico, para o largo da vila de Atouguia da Baleia.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Era imprescindível alterar as normas, porque, no nosso ponto de vista, as propostas devem ser avaliadas antes de ir a votação. Referiu que a proposta do parque infantil, se fossem implementá-la como ela foi proposta, como foi apresentada, era uma ilegalidade, não a poderiam construir, mas, na sua opinião, vão ter tempo para discutir, e todos vão estar de acordo em querer o que seja aplicável, que seja o melhor regulamento e que, provavelmente não premeie três ou quatro ou cinco propostas, mas que possa premiar uma, ou duas. Deu conta que a proposta que está a ser desenvolvida, já há algum tempo, achando que a Câmara, da altura, autorizou os procedimentos para a alteração do regulamento, e isso está feito, e deve ser feito, na sua opinião. Devem consensualizar o melhor possível, até pela experiência que têm, isto foi uma experiência, e o propósito não é deixar de atribuir as verbas que estão estabelecidas, não é nada disso, estão em orçamento e assim que o regulamento esteja já aprovado será aplicado e as candidaturas serão abertas, inclusive, também já foi deliberado, adjudicar uma plataforma digital para nos apoiar neste processo. Em relação a algumas questões, não iria discutir o cumprimento ou não cumprimento, mas iria ser honesto, e o que está construído lá fora não é o projeto do senhor Manuel Salvador, é um projeto que todos desejavam, o primeiro, e haverão de aparecer mais. Espera que, no jardim principal, ainda este ano, se inicie um parque infantil para as pessoas que não têm carro e não podem ir ali e, para além disso, as crianças estão habituadas àquele parque, e poderiam discutir isto de outra forma, mas não quer estender muito a avaliação. Em relação ao quiosque, foi os avanços e os recuos, mas também do grupo que apresentou a proposta. Foi informado que, neste momento, a última proposta, está a aguardar parecer da Direção Geral de Património Cultural, e conhecendo de algum modo aquela entidade, ficará surpreendido que a

Direção Geral do Património Cultural aprove algum daqueles quiosques e, também entende que se fossem projetos que pudessem ser executados, a Câmara, em alguns casos, e isso estava previsto, pudesse ultrapassar o orçamento previsto de cada uma das candidaturas. Disse que, na terça-feira, esteve a ver o projeto do Parque Canino, respondeu e partilhou com algumas pessoas que trabalharam naquele processo, para além de lhes dar os parabéns, porque não é fácil, a Câmara não está preparada, e isto parece má vontade, mas não está preparada para desenvolver e para dinamizar todos aqueles processos, há-de estar, mas ainda não está. Deu conta que há pessoas que fazem sempre as mesmas coisas, os parques infantis são as pessoas fazem o parque canino, são as mesmas que acompanham os jardins e a mesma pessoa que acompanha, muitas vezes, as candidaturas, a fiscalização, os parques infantis escolares e outras coisas mais, e vão ter de fazer algumas alterações, também, nesse campo, como noutros. Disse que o projeto do Parque Canino não deveria ter sido agendado para reunião de Câmara, e uma vez que houve recomendações entre internas, independentemente da proposta ultrapassar em muito aquilo que foi a proposta apresentada, deveria ter sido convidada a senhora Joana Barata para estar presente com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga. Disse que o projeto está concluído, mas, na sua opinião, a senhora Joana e outras pessoas que gostam de animais, como ele próprio, e também votou naquela proposta, acha que é um equipamento importante para o concelho e, irá propor, na segunda-feira, à Câmara Municipal, que seja retirada a proposta, para que seja convidada a senhora Joana Barata.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que o primeiro projeto do quiosque que lhe foi apresentado, na sua opinião, não ofendia gravemente o enquadramento com os monumentos nacionais. Referiu que, o que está em discussão é um quiosque, que diria, com alguma displicência, que nada tem que ver com um quiosque, precisamente pelas razões que há pouco falou, é um quiosque móvel, pelo que não percebia porque tem que ir à Direção Geral do Património Cultural. Se o primeiro projeto que ganhou o concurso poderia ou deveria baixar à tutela, e nesse aspeto estava de acordo, no que estava em equação, neste momento, penso que não fará grande sentido ter de ir à Direção Geral do Património Cultural, porque é um quiosque móvel. Reforçou a ideia de que valeria a pena recolocar a questão de início, porque aquele que está para ser aprovado, não serve nem vai servir ninguém.

Senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, relativamente ao barco, estava muito à vontade, porque sabe quando é que o projeto deu entrada na Câmara, e já foi há uns anos, aliás, deu aquele, deu um outro que a Câmara pediu, na altura, que tem a ver com o parque temático da Serra d'El-Rei, e um terceiro, que o senhor Presidente da Câmara há pouco referiu, que tem a ver com aquele parque infantil que está no Parque Baluarte, que tem vários elementos ligados à pesca, ao mar, aos barcos, às embarcações, etc. Sobre esta questão, na sua opinião, o essencial é, as normas que estão aprovadas na Assembleia Municipal, até existirem novas

normas, são aquelas que estão em vigor, não há outras, e a Câmara tem que cumprir as normas que são aprovadas por este órgão do município. Sobre a questão de Atouguia da Baleia, já perceberam todos que há dificuldades, e o senhor Presidente acabou de as explanar, mas todos sabem como são as pessoas ligadas ao património deste país, numas coisas são tão célebres e noutras são tão lentas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, daquilo que percebeu, o projeto do Parque Canino também tem uma alteração substancial do valor, em relação ao projeto inicial, e parece que foi, também, isso que aconteceu em relação ao projeto do Parque Infantil, e foi isso mesmo que foi dito quando chamaram o munícipe que teve a sua proposta vencedora a dar a sua opinião, foi-lhe dito que o projeto que ele apresentou ia ser transformado numa coisa maior, mas não deixava de ter aquele início e é isso que se pede, que seja reconhecido senhor Presidente, porque senão daqui a nada, quando concluir o Parque Canino, também, já não tem nada a ver com o orçamento participativo e isso é um erro, porque o facto de se melhorar uma coisa não quer dizer que não tenha tido um início e, por respeito pela participação das pessoas, esse início, seja no caso das pinturas murais, no caso do Parque Canino, no caso do Parque Infantil, e no caso do quiosque, em Atouguia da Baleia, que esperam que se concretize, deve ter o reconhecimento que tem a sua origem, independentemente do valor final, naquilo que foi o primeiro orçamento participativo em Peniche que já deveria ter o segundo, o terceiro e deveria estar já no quarto.

ARTUR CARVALHAL:

Fez referência a dois assuntos já ali falados, no dia 27 de setembro de 2018, que tem que ver com a segurança da vila de Atouguia Baleia e na vida rural do concelho. Perguntou, e é de interesse público, em que situação se encontra a obra da Guarda Nacional Republicana, se está em curso ou quando é que vai começar, porque, em 27 de setembro, esteve na Assembleia Municipal e foi-lhe dito que seria para o 2020, e já vão dois meses, e por este andar aparecem mais dez e passa-se o tempo.

Segundo, a Barragem de São Domingos, disse que que lhe fazia pena e, para além disso, é um crime público não se cuidar daquilo que se está a estragar. Referiu que no mesmo dia, chamou à atenção para a área em São Domingos e a Ponte da Água do concelho de Peniche, e toda a gente sabe. É necessário chamar os agricultores à atenção do que estão a estragar e a destruir, é necessário tomarem o cuidado de fiscalizar e de preservar a Barragem de São Domingos. Disse que não se iria prolongar mais sobre estes dois temas, mas pediu que lhe desse uma resposta.

Terceiro ponto, a Rua Francisco Coutinho, em Atouguia da Baleia. Disse que a se tratava de uma preocupação pública, de trânsito, de segurança, de saúde, de paisagem, de logística, em termos urbanos, e de qualidade de vida. Referiu que, no dia 18 de janeiro, esteve na Assembleia da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e perguntou ao senhor

Presidente da Junta qual era a situação, e foi-lhe dito, exclusivamente, que o projeto estava aprovado, mais nada. Solicitou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, que era necessário pedir às pessoas uma opinião, relacionada com o tipo de obra que se quer ali fazer, uma vez que não se sabe, porque não há qualquer informação à população, sobre que tipo de projeto se quer colocar na Rua Francisco Coutinho, onde tem uma margem de cemitério. Referiu que a Freguesia de Atouguia da Baleia tem seis cemitérios, o de Atouguia da Baleia, o de Lugar da Estrada, o de São Bernardino, o de Geraldês, o da Bufarda e o de Ribafria. Perguntou porque é que não se faz o cemitério entre Casais Brancos, Reinaldes e Casais de Mestre Mendo, seria uma forma de não ser preciso alargar um cemitério daquela natureza, porque se todos os cemitérios da Freguesia da Atouguia fossem ali depositados, o cemitério era maior que a Atouguia da Baleia. Referiu que Reinaldes, Casais Mestre Mendo, Casais Brancos e Casal Moinho tem uma capela de Igreja, tem o seu polo cultural religioso, porque é que não pode ter um cemitério. Disse que o senhor Presidente da Junta não tem a mesma opinião e não quer aceitar a opinião que lhe deu. Disse, ainda, que gostaria de saber a opinião do Delegado de Saúde, da Câmara Municipal, da CCDR e da Junta de Freguesia, quatro entidades que têm a sua importância, devem fiscalizar o tipo de obra que ali se quer fazer e a população deveria ser chamada.

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Trouxe um croqui, porque o informaram que poderia ser colocada a questão

Em primeiro lugar, este projeto de ampliação no cemitério da vila de Atouguia da Baleia entronca com a necessidade de resolver ou precaver um eventual problema como o que esteve em risco de acontecer em Ferrel, com a permissão do senhor Presidente de Junta de Ferrel, por falar naquela situação. Referiu que se sabia que a Junta de Freguesia, em tempos, entrou em negociações, depois de conversar com o senhor Presidente de Câmara, com os proprietários dos terrenos laterais ao cemitério, do lado contrário à Rua Dom Francisco Coutinho, que pediram dinheiro, valorizaram o terreno e foi enviado à Câmara Municipal para ser feita a avaliação do mesmo, para se puder entrar em negociações. Referiu que, para a Rua Dom Francisco Coutinho está projetada, pela Câmara Municipal, a sua intervenção, que espera e deseja que seja, no mínimo, feita no próximo ano, e sabe que está nas prioridades a elaboração do projeto. Referiu que o senhor Artur Carvalhal participou e interveio na última Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia, onde se deslocou com um outro cidadão que, por acaso, até é emigrante em França, e na altura deu-lhes as explicações que entendia ser corretas, perante todos os membros da Assembleia de Freguesia, e pensou que tinha ficado convencido da bondade daquela decisão, aliás, a Assembleia de Freguesia perante a situação, não se manifestou em sentido contrário. Disse que, naturalmente, estava a tratar, porque aquela era uma obra, na sua opinião, pacífica e antes de ser Presidente de Junta, considera-se um cidadão responsável. Deu conta que naquela altura solicitou à

arquiteta do Município, senhora Ana Carriço, que fizesse o croqui da ampliação, precisamente para que quando avançasse para a construção houvessem respostas e soubessem aquilo que estavam a fazer, de facto e concretamente, e está a aguardar que lhe seja entregue o croqui para o colocar. Disse que no cemitério de Atouguia da Baleia tem cerca de vinte e cinco covas disponíveis, e todos sabem o tempo que leva, entre negociar e concretizar tudo isto, o tempo que leva à ampliação do cemitério do outro lado, mas que fique claro, não está a entrar em casa de ninguém.

Relativamente à Barragem, tinha toda a razão, de facto, têm que tratar dela. Deu conta que o senhor Presidente, há algum tempo, lhe telefonou para que tentasse consultar alguns agricultores para discutirem o assunto. Referiu que já estão a tratar, mas, da sua parte, vai tentar acelerar, reconhecendo que neste assunto tem toda a razão. Disse que teriam que arranjar aquele caminho e definir quem iria tomar conta do mesmo, porque a questão é quem vai tomar conta do caminho, senão andamos nós a trata-lo e a arranjá-lo para logo de seguida virem três agricultores estraga-lo.

Henrique Estrelinha (PS):

Agradeceu ao senhor Artur Carvalhal, e aproveitou para falar sobre a questão do posto da Guarda Nacional Republicana. Referiu que este tem sido um assunto que o Partido Socialista tem levantado muitas vezes na Assembleia Municipal, e era importante saber o ponto de situação da sua construção, em Atouguia da Baleia, porque tem havido disponibilidade do atual Governo para a construção do novo posto em Atouguia da Baleia, para estar no centro da sua atividade e, de facto, se o Município demorar muito tempo a concluir o processo arrisca-se a perder a oportunidade. Disse, ainda, que era importante saber se aquela questão do loteamento e de negociação com os proprietários já estava resolvida para, de facto, concretizar esta necessária infraestrutura.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Em relação à questão sobre o cemitério, não iria tecer qualquer comentário, até porque não tem conhecimento de causa, e está em crer que a posição do senhor Presidente da Junta de estar disponível para ouvir a população que está mais abrangida por aquela situação em concreto, apesar de toda a população estar abrangida, qualquer um de nós e dos nossos familiares que resida na freguesia de Atouguia da Baleia está abrangida, mas de qualquer forma, acha que é um bom começo ouvir a população para chegar a um entendimento mais condizente com aquilo que se pretende.

Relativamente à questão da Barragem de São Domingos, o senhor Presidente da Junta falou que foi abordado pelo senhor Presidente da Câmara, relativamente a ouvir os agricultores, mas recordou que, em algumas Assembleias Municipais atrás, fez uma pequena proposta, e na altura foi bem acolhida pelo senhor Presidente da Câmara, que era replicar uma situação que já tinha sido realizada noutros mandatos, que tinha a ver com a colocação de um similar a um vigilante da barragem. Disse que anteriormente

havia uma pessoa que fazia rondas diárias ao caminho da barragem e que, obviamente, não resolvendo todos os problemas, minimizava aquilo que era a atuação de alguns agricultores. Disse, ainda, que o facto de estar ali uma pessoa, que poderia identificar pessoas que de alguma forma estavam em incumprimento, seria uma forma de ser elaborado um relatório e ter um efeito que, provavelmente, não seria punitivo, em termos de coima, mas minimizaria os estragos no caminho, portanto, na sua opinião, antes de uma tomada de posição que pudesse englobar a Agência Portuguesa do Ambiente, e a questão da responsabilidade do território em si, uma pequena medida daquela tipologia com um funcionário, que poderia ser dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, da Câmara Municipal ou articulado com a Junta de Freguesia, seria uma medida que se poderia fazer de imediato e poderia ter algum benefício.

Relativamente ao posto da Guarda Nacional Republicana, e o Deputado Henrique Estrelinha já falou sobre a questão, disse que a questão já vem de há algum tempo atrás, mas teve uma fase decisiva que foi, não no mandato atual, mas no mandato anterior, numa visita da senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna ao concelho de Peniche, em que senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e a Câmara Municipal se deslocaram ao local, depois de visitarem os vários serviços e forças de segurança no concelho de Peniche, e foi transmitido à Senhora Secretária de Estado que havia um consenso político em Peniche de que a zona rural deveria ter a Guarda Nacional Republicana, que não deveria continuar a ter o seu posto em Peniche. Referiu que foi através daquele consenso que a Senhora Secretária de Estado usou a sua influência junto do Comando Territorial e do Comando-Geral da GNR e os sensibilizou para a necessidade de se poderem deslocar para aquele local. Depois de tomada a decisão foi colocado em orçamento a verba de quinhentos mil euros, e essa verba, graças a um programa que se chama Lei de Infraestruturas, uma verba que tem encargos plurianuais que transita de um ano para o outro, e aqueles quinhentos mil euros estão disponíveis para o posto da Guarda Nacional Republicana, e não pode ser usado para outro efeito. Disse, ainda, que, em abono da verdade, aquilo que está protocolado, porque há um protocolo de intenção, é a Câmara ficar como dono da obra, mas a grande questão é resolver a questão do loteamento e depois passa por uma questão, em que sempre que for realizada uma determinada despesa com a construção daquela infraestrutura, o Ministério da Administração Interna, através da Secretaria Geral, transfere esse valor para a Câmara Municipal, mas vai depender muito da capacidade que o Município tenha de levar o projeto para a frente, agora que vai ser uma realidade, vai, e espera que seja o mais rapidamente possível, aliás, todos esperam.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Relativamente à questão do quartel da Guarda Nacional Republicana, deu os parabéns ao senhor Artur Carvalhal por ter colocado mais uma vez aquela questão, referindo que a posição da Coligação Democrática Unitária é clara, hoje, e, também, em

coerência com o passado. Recordou que na visita, que foi ali falada pelo Deputado do Partido Socialista, Ângelo Marques, quem colocou problemas relativamente à ida da Guarda Nacional Republicana para Atouguia da Baleia foram os próprios militares daquela força de segurança, porque não queriam, e isso foi dito e assumido, portanto, é preciso dizer que o atraso, pela não ida da Guarda Nacional Republicana mais cedo, foi porque os próprios militares não queriam sair Peniche, uma coisa que considera um absurdo, porque quem vive na zona rural, só vê a Guarda Nacional Republicana para multar pessoas, para mais nada, a Guarda Nacional Republicana não passeia nas ruas daquelas localidades para manter as pessoas em segurança, para evitar os assaltos, para evitar os problemas. Referiu que a Guarda Nacional Republicana vai lá de vez em quando ver se o pessoal tem o cinto segurança ou se tem outra coisa qualquer em falta, e este paradigma tem que acabar. Referiu que precisam das forças de segurança mais próximas das populações, instaladas, neste caso, na freguesia de Atouguia da Baleia, mas, também, com os olhos em Ferrel, no Baleal, na Serra d'El-Rei e, naturalmente, nas localidades da freguesia de Atouguia da Baleia.

Relativamente à questão da Barragem de São Domingos, o caminho em causa não é da responsabilidade do Município, nunca foi. Referiu que o Município em muitas circunstâncias se substituiu a quem tem essa responsabilidade e terá que o fazer, caso haja acordos, se as competências passarem para o Município ou se chegar um protocolo nesse sentido, obviamente, sendo a Câmara Municipal compensada por aquele serviço. Referiu que, na sua opinião, faria todo o sentido, mais uma vez, porque já se fizeram reuniões com os agricultores, e houve uma altura em que aquilo funcionou mais ou menos bem, mas toda a gente sabe que as pessoas, em determinada altura, deixam de cumprir, portanto, está na hora de resolver a situação, e isso foi assumido pelo senhor Presidente da Junta de Atouguia da Baleia, Afonso Clara.

Sobre a questão dos cemitérios, estava muito à vontade, porque foi responsável pelo Pelouro nos mandatos anteriores e sabe a dificuldade que é resolver aqueles problemas e, na altura, fizeram a ampliação dos cemitérios de Peniche, do Lugar da Estrada, de Atouguia da Baleia, da Serra d'El-Rei, e não conseguiram no de Ferrel, e esta questão dos cemitérios, na sua opinião, merece uma atenção especial da parte do executivo. Referiu que, perante situações de cemitérios nos centros das localidades, e nomeadamente relativamente às vilas, é preciso, provavelmente, olhar para os cemitérios de forma diferente em termos de localização, tendo como perspetiva o futuro e as necessidades que aquela situação tem para as populações e, é necessário encontrar soluções adequadas relativamente ao espaço onde eles se encontram.

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Foi sugerido e questionado pelo senhor Artur Carvalhal o porquê de não se fazer um cemitério na zona dos Casais Brancos. Referiu que, talvez há vinte e cinco anos, quando passou por esta casa, reuniu com as populações de Casais Brancos, Casais de

Mestre Mendo e Reinaldes, precisamente para encontrar a solução de construir um cemitério mais ou menos naquela zona, inclusive, havia alguém que, na encosta dos Fetais, oferecia o terreno para aquele fim. Deu conta que os habitantes dos Casais de Mestre Mendo não levantaram grandes objeções, dos Casais Brancos e, particularmente, de Reinaldes, só permitiam se fosse nas suas localidades. Informou que, na altura, tinham encetado negociações com o proprietário, que tinha um terreno no alto, no moinho, nos Casais Brancos, porque pensavam ser uma zona intermédia, ficava a meio caminho, mas nada feito, porque as pessoas não concordaram. Na altura, houve uma questão que acabou por correr bem, que teve que ver com o cemitério de São Bernardino, o falecido senhor Evaristo Cavalheiro avançou com a concretização e chegaram a acordo com as pessoas de Geraldês e de São Bernardo para fazer a transladação das ossadas, e as pessoas que saíam de Geraldês, a Junta de Freguesia entregaria um coval em São Bernardino, mas foi um processo moroso, que acabou por ser passivo. Disse, ainda, que quando passou por esta casa, esteve negociado um terreno, doado, nos Bolhos, para a construção do cemitério, mas quando estava previsto fazerem a avaliação do terreno para verificar se o mesmo se o enquadramento era o adequado para aquela construção e surgiu um grupo de pessoas que questionou e ficou tudo sem efeito, porque havia duas pessoas que moravam perto, e eram contra a sua construção, e as pessoas deslocam-se para a Ribafria. Referiu que é um assunto complicado, de muita sensibilidade, que requer algum tato, e não podem ser impostas vontades.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Deixou claro que no início do mandato, o cemitério de Ferrel, tinha seis covais disponíveis, atualmente tem vinte e cinco covas, entretanto, faltava um, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, esteve lá e viu como estava, arranaram um talhão, mais de quarenta covais e agora têm vinte e cinco disponíveis.

ARTUR CARVALHAL:

Disse que ninguém estava contra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, e uma vez que está na disposição, ele próprio o vai ajudar a convocar as pessoas para uma reunião, mas tem que as ouvir. Referiu que seria um bocado difícil a Junta de Freguesia fazer a convocatória, porque para as Assembleias de Junta de Freguesia os editais não são publicados, é difícil a gente saber-se quando e realizam as sessões, que é uma falha. Disse que não era nada contra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, era contra a forma como gere as coisas. Pediu desculpa ao senhor Afonso, porque ninguém está contra si, não temos nada contra o estacionamento, nem contra o jardim, estão contra o cemitério avançar para o lado da rua das casas.

Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Referiu que estava à espera que fosse feita a avaliação do terreno que o senhor Artur Carvalhal referiu, é a proposta que a Junta de Freguesia tem, e é do conhecimento do senhor Presidente de Câmara, para depois encetar negociações com as pessoas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Antunes (GCEPP):

Disse que:

Existem alguns problemas com os cemitérios, com a necessidade do alargamento. Em relação a Ferrel, arranjam uma boa solução, mas foi pena que duas das várias fazendas que precisavam adquirir foram mais complicadas, mas está na parte final, para não terem que exercer o direito de expropriação, e acha que em breve conseguirão resolver o problema, pelo menos é a informação que tem neste momento. Em relação ao cemitério de Atouguia da Baleia, referiu que falou várias vezes com o senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre o que fazer, conhece a situação e o local, e não iria contrariar uma proposta da Junta de Freguesia, mas, para além de não se querer meter, achou uma solução razoável, face às dificuldades que foram apresentadas e, no alinhamento onde ainda há largura do terreno, no alinhamento do muro do cemitério, ou seja, do lado da Rua Dom Francisco Coutinho, que inclusive encolhe um bocadinho o muro. Disse que, para além disso, pareceu-lhe uma vantagem, o acesso do apoio dos serviços tem uma grande rampa, e alargando o cemitério permitiria fazer outro arruamento no centro da outra rua. Na sua opinião, tal como o senhor Presidente da Junta de Atouguia da Baleia e o senhor Artur Carvalhal sugeriram, deve ser ouvida a população para que se percebam as sensibilidades. Disse ser verdade, que a Junta de Freguesia solicitou que a Câmara avaliasse, mas a Câmara não faz avaliações, solicita-as, e esta é uma das várias avaliações que não sabe se já seguiu ou se está para seguir, e partir dali a Junta de Freguesia decidirá o que fazer, porque o cemitério é da Junta de Freguesia e a Câmara Municipal decidirá como apoiar, que é o que procura sempre fazer, mesmo que os processos sejam difíceis, nomeadamente o projeto de execução do ordenamento da Rua Dom Francisco Coutinho, que está no mesmo plano da Rua Nossa Senhora da Guia, em Ferrel e da Rua Principal, na Bufarda. Deu conta que estão a aguardar, têm o projeto de alinhamento preparado para o setor de concursos que, por acaso, é o mesmo setor que trata do processo de loteamento da Guarda Nacional Republicana, porque sendo processos prioritários não podem passar à frente daqueles que têm prazos, que são as candidaturas a fundos comunitários, e todos os prazos estão a ficar apertados.

Concorda com aquilo que o senhor Deputado Ângelo Marques referiu, sobre colocar um vigilante que, provavelmente, será uma pessoa que ficaria afeta aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, independentemente da observação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei fez, sobre a competência ou não, porque os autarcas já se vão habituando que muitas das competências não são deles, as responsabilidades não são deles, mas se não fizerem ninguém faz. Deu conta que este assunto já foi falado, há pouco tempo, com a Agência Portuguesa do Ambiente.

Em relação à Guarda Nacional Republicana, estão cooperantes, já aceitaram os cálculos, está a ser elaborada a minuta de contrato da urbanização para depois ir para discussão pública. Referiu que a aprovação final da unidade de execução da Guarda Nacional Republicana, o contrato da urbanização, será feito depois daquele processo, a assinatura do contrato de urbanização será de seguida, depois o registo dos terrenos, os contratos de projetos da urbanização, contratar, para serem elaborados e, a seguir, para se meter em concurso de empreitada, em princípio. Nos entretantos de todo o processo, quando legalmente/juridicamente for possível, será efetuado, porque têm estado sempre em contacto com a Secretaria de Estado da Administração Interna, e é verdade aquilo que o senhor Deputado Ângelo Marques disse, que houve sempre o interesse da parte da Secretaria de Estado, e na posse deste Governo já houve esses contactos, inclusive com o técnico que está a acompanhar o projeto. Disse, ainda, que se lhe perguntarem, neste momento, o que preferia, em termos da construção do imóvel e da execução do projeto, até pela experiência que eles têm, preferia que fosse a Secretaria de Estado ou a Guarda Nacional Republicana a fazê-lo. Referiu que estes eram os passos que faltavam, que têm sido morosos, porque o processo não existia, havia efetivamente uma deliberação política e uma negociação feita, mas, como noutros casos, não havia aquilo que é essencial para a concretização, e não era uma crítica, talvez naquela altura não houvesse essa oportunidade. Também concordou com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, quando disse que sempre foi consensual, em termos políticos, a necessidade de construir ou transferir a Guarda Nacional Republicana para a vila de Atougia da Baleia, porque se entendeu sempre que era o centro do concelho e para permitir a proximidade com as populações.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Sobre saúde pública, vivemos, neste momento, um momento difícil, em todo o mundo e, sem drama, mas encarando o problema com a elevada responsabilidade, e ele próprio tomou a iniciativa nesse sentido, solicitou à Direção Geral de Saúde uma ação de informação à população, assim que fosse possível, sobre o problema do coronavírus na Freguesia da Serra d'El-Rei. Perguntou se a Câmara Municipal tem olhado para aquele assunto com o sentido de responsabilidade, até porque há informações que até dia 06 do próximo mês este problema possa, em Portugal, assumir uma amplitude muito maior e mais difícil, infelizmente para todos nós. Questionou se a Câmara Municipal está a analisar e a acompanhar este assunto com o Agrupamento do Oeste, relativamente à área da saúde.

Existem compromissos, relativamente ao Hospital de Peniche, entre o Município de Peniche e o Governo português. Referiu que gostaria que, na próxima Assembleia Municipal, esta matéria fosse presente, tendo por base o seguinte: existe um protocolo que contém um conjunto de responsabilidades das duas partes, o que é que da parte do Governo já foi feito e o que falta fazer para valorizar o Hospital de Peniche, porque todos estiveram de acordo com as suas possibilidades e de acordo com as suas responsabilidades, um papel determinante para que o Hospital não fechasse e não saísse de Peniche, que o Serviço de Urgência Básica ficasse, mas defenderam mais relativamente à valorização do hospital.

Tinha informação, de que o Governo iria reunir, no dia 10 de março, com as Associações representativas dos Municípios e das Freguesias, a propósito e para apresentar a proposta de reorganização administrativa. Referiu que aquilo significava que, até maio, os Órgãos Municipais e os Órgãos das Freguesias iriam ter oportunidade de voltar a discutir os assuntos, pelo menos, os assuntos das freguesias que não houve unanimidade de posições. Chamou à atenção da Câmara e da Assembleia Municipal que, em relação ao concelho de Peniche, não houve unanimidade, relativamente à questão das freguesias da cidade de Peniche, e que, obviamente, em função disso, a Coligação Democrática Unitária iria agir em conformidade com aquele assunto.

José António Amador (CDU):

Disse que falaram sobre o Porto da Areia, agora iria falar da Nau dos Corvos, que é um dos lugares mais emblemáticos da nossa cidade e está encerrado, há dois anos, degradando-se dia a dia. Solicitou esclarecimentos sobre o assunto.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

A primeira questão é relativa a uma prestação de serviços que foi feita de inspeção às obras de arte no concelho, assunto que teve conhecimento pelos Vereadores do Partido Social Democrata, que foi discutido em reunião de Câmara, e em que foi apresentado o relatório da empresa que afetou essas inspeções, com o objetivo de avaliar a manutenção e conservação destas infraestruturas, pontes e passagens hidráulicas. Este relatório classificou o estado das infraestruturas de zero a cinco, sendo cinco uma situação que consideravam como pré-ruína, portanto, bastante preocupante, e naquela lista de infraestruturas que foram analisadas, existe uma passagem hidráulica, na Rua dos Canteiros, que está classificada como cinco e, portanto, requer reparação prioritária. Tanto quanto sabe, o senhor Presidente deu conhecimento aos Vereadores daquele relatório, mas não havia uma proposta de intervenção, relativamente à questão. Referiu que, na sua opinião, aquele assunto é, de facto, muito importante, teve o cuidado de ver, e o que viu não foi o relatório da empresa, foi a informação dos serviços que referia que de três em três meses, ou após alturas de maior pluviosidade, deveriam ser observadas visualmente as deformações, mas não estava explícito, se iriam efetivamente fazer algum

tipo de intervenção, que intervenção é que era e em que período temporal é que isso aconteceria. Disse que se tratava de um assunto sério e pensa que, com certeza, o senhor Presidente da Câmara, também o encara como um assunto sério e de carácter prioritário. Esta passagem, eu julgo que todos sabemos que é bastante utilizada, mas ainda que não fosse a importância do assunto requer a atenção de todos e que se dê alguma prioridade às intervenções que são, de facto, necessárias. Referiu que este tipo de assuntos, relacionados com a segurança de todos os que circulam, é um assunto que merece, de facto, toda a atenção e deve ser encaminhado de forma muito séria e muito focada, porque neste tipo de assuntos, tanto as ações, como as omissões têm importância. Perguntou qual era a intervenção prevista naquela passagem hidráulica, e em que período temporal perspetivava implementar ali alguma medida.

Solicitou um ponto de situação, relativamente à Marginal Norte, que neste caso, também achava que todos os presentes na sala comungavam da mesma preocupação.

Relativamente à Barragem de São Domingos, há pouco o senhor Presidente referiu que já discutiu, com a Agência Portuguesa do Ambiente, a questão do caminho da barragem. Perguntou qual é o posicionamento da Agência Portuguesa do Ambiente, relativamente àquele assunto.

Presidente da Câmara Municipal Henrique Bertino:

Disse que:

Relativamente à Saúde pública, estão a acompanhar, tiveram uma reunião esta semana, na Oestecim, em que falaram sobre o assunto. Está toda a gente preocupada e toda a gente entende que devem ser tomadas algumas medidas adicionais, todos têm recebido algumas informações, alguns alertas, nomeadamente do Ministério da Saúde e estão a acompanhar. Deu conta que procuram informar através dos meios que têm disponíveis, nomeadamente no site do Município. Informou que já reuniram com a saúde pública de Caldas da Rainha e estão a aguardar. Na sua opinião, poderão ser tomadas mais algumas medidas, mas aguardam orientações nesse sentido. Para além disso, informou que estava marcada uma reunião, com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, e espera que possam aprofundar a avaliação desta situação e, também, a questão que foi colocada em relação ao Hospital, aos compromissos, ao protocolo que foi estabelecido há muitos anos e que, no fundo, não teve seguimento, e já tinha dito a senhora Presidente do Conselho de Administração, quando estavam a prever reunir, que estava a preparar uma posição de reforço, relativamente às infraestruturas, às valências, à necessidade de investimento. Referiu que aguardava essa reunião para depois, com mais informação, e também para respeitar as instituições, poder fazer uma exposição reivindicativa e um ponto de situação.

Sobre as freguesias, e em relação àquilo que o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, estariam cá para discutir a questão, que, pessoalmente, também tem uma posição.

Em relação à Nau dos Corvos, que esteve, hoje à tarde, numa reunião com duas pessoas que estão a acompanhar a situação, e se as coisas correrem bem, a segunda avaliação, que já deveria ter sido feita há muitos meses, que está contratualizada, será feita para a próxima semana, se o mar deixar.

Em relação às obras de arte, se não estivesse preocupado, não tinha mandado fazer o estudo. Referiu que foi fruto de uma situação de avaliação que fez, nomeadamente, uma parte delas, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e que face à incerteza daquilo que estavam a constatar, decidiu falar com a técnica do Município e sugeriu-lhe para se avaliarem todas, deu indicações para contratar e para verificar quais eram as empresas da especialidade. Quando receberam a primeira informação, ficou quase em pânico, e contactou de imediato ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e foram ao local. Deu conta que no local, contactou o técnico que o tinha feito, que acabou por desvalorizar, dizendo que não era assim tão emergente e, posteriormente, contactou o técnico que construiu aquilo e estão a acompanhar. Informou que pretendiam, primeiro, fazer os projetos de execução, que é uma das dificuldades que, neste momento, têm, avançar com os concursos das empreitadas para lançar. Referiu que aguardavam, impacientemente da sua parte, acabar o processo de candidaturas, para poder alterar aquele setor, libertá-lo, provavelmente dando mais recursos, mas para poder trabalhar sem a pressão que existe constantemente. Disse, ainda, que tecnicamente foi falado e, logo que haja oportunidade, as zonas consideradas de risco serão contratadas os projetos de execução, naquela, preveem aproveitar e fazer o projeto de execução para o alargamento da via, até porque é muito utilizada por viaturas de alguma dimensão e, inclusive, é um acesso privilegiado para a futura zona industrial e, também, à zona litoral do concelho, à Consolação, Lugar da Estrada, Casal Moinho, etc. Referiu que a decisão está tomada, independentemente de avançarem com mais rapidez ou não, aguardam que o tempo estabilizasse para se fazer avaliação e poderem avançar com algumas intervenções para minorar o risco.

Relativamente à Marginal Norte, têm o projeto de alinhamento entre a rotunda do continente e a Rua do Miradouro, aprovado para seguir, também, para o projeto de execução. Referiu que esta é uma das duas prioridades do setor, esperam que seja executado rapidamente. Deu conta que esteve, na semana passada, reunido com o senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território, e foi-lhe colocada esta questão, e a ideia que ficaram, não com a certeza absoluta, é que havia a possibilidade de, ainda, conseguir coloca-lo como candidatura, não toda, mas uma parte, dependeria do valor que seja quantificado no projeto execução.

Em relação à barragem de São Domingos, colocaram, mas sente que não há uma grande vontade da Agência Portuguesa do Ambiente para intervir, em relação à barragem. Referiu que, de qualquer forma, não iriam desistir, espera que consigam o mais breve possível fazer aquilo que têm combinado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, para irem falar com as pessoas e tentar minorar a

situação e, de acordo com aquilo que o senhor Deputado Ângelo Marques referiu, provavelmente, tentar colocar ali uma pessoa, vão ver o que conseguem fazer.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Foi referido que a Agência Portuguesa do Ambiente não tem acompanhado e que não está muito interessada, provavelmente está. Deu conta que o ano passado, estiveram a tratar do caminho, porque iria haver uma prova de atletismo, e enquanto estavam no local apareceu uma equipa da Agência Portuguesa do Ambiente, e ao perguntar o que estavam ali a fazer, responderam “*nós não viemos ver a obra, viemos só ver a quantidade da água*”, e disse-lhes que deveriam ter vindo ontem para ver a qualidade do caminho, porque nem sequer se conseguia passar.

Em relação à questão do coronavírus, os responsáveis da saúde dizem que o nosso país está mais do que preparado para alguma contingência que possa acontecer, mas há uma questão que tem pensado muito. Referiu que teve a oportunidade de estar, há cerca de três semanas, na Indonésia, correu três ilhas e o que viu, num país terceiro-mundista, em qualquer centro comercial, restaurantes, edifícios públicos e museus que entravam, à porta tinha sempre um elemento para as pessoas desinfetarem as mãos, e toda a gente tinha a preocupação de lá ir, porque tinha essa indicação dos funcionários ou das pessoas que estavam à frente daquela situação. Na sua opinião, poderá ser um contributo para alguma precaução da saúde pública. Disse que em Portugal não acontecia nada, apesar de desconhecer se isso teria alguma utilidade ou não, mas a verdade é que, naquele país, naquela altura, não era conhecido nenhuma situação de coronavírus, mas trata-se de um país asiático e viu essa preocupação, em Portugal diz-se que está tudo preparado, mas provavelmente não está.

Célia Martins (PSD):

Disse que:

Hoje iria cingir-se a uma preocupação que tem sido, de forma insistentemente, partilhada nas Assembleias Municipais que é insistir no agendamento de uma reunião da Comissão Local de Acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal. É facto que, a Câmara Municipal convidou todos os autarcas do concelho para uma reunião de apresentação e de esclarecimentos, no final do mês de janeiro, no âmbito deste processo. Isto demonstra, de facto, aqui uma preocupação legítima e relevante em mostrar os trabalhos e ouvir os autarcas, mas aquela reunião, no entender do Partido Social Democrata, não atenua a necessidade de reunir a Comissão Local de Acompanhamento. Relembrou que a comissão foi criada para promover uma intervenção mais ativa deste órgão, que vai deliberar sobre aquele documento e, também, de outras entidades do nosso concelho para discutir o Plano Diretor Municipal, e procurar consensos. Preocupa-os o facto de já terem sido identificadas várias matérias, e elas foram muitas vezes aqui discutidas nesta Assembleia, e que não reúnem aqui um consenso

generalizado. Na sua opinião, estão a perder a oportunidade de debater aquelas questões numa Comissão que, também, teve como objetivo dar voz a instituições e entidades do nosso concelho, que tem um conhecimento específico em matérias como: o património, o ambiente, etc. Perguntou se as entidades, a Associação Arméria, a ADEPE, entre outras, que fazem parte da composição da comissão, já tiveram acesso aos elementos que foram disponibilizados à Assembleia Municipal no início do mês de janeiro. Relembrou que alertou no dia em que aprovaram a comissão na Assembleia Municipal, a questão do funcionamento e das normas, o facto é que reuniram uma única vez, em abril do ano passado, e isso não se discutiu. Referiu que pode parecer uma questão irrelevante, a partilha de informação, mas na prática não é, porque se trata de dar oportunidade às pessoas para se poderem preparar com tempo. Concluiu reforçando a necessidade premente de realizar aquela reunião.

Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Iria abordar um conjunto de assuntos relacionados com a organização dos serviços da Câmara. Começou por uma preocupação que todos têm no acompanhamento do processo de descentralização de competências, porque estão muito próximo de ter que pôr em prática a primeira parte deste processo, que foi chamado de descentralização de competências, pese embora cada um tenha a sua opinião sobre este processo, certo é que estão confrontados com esta questão e gostariam de ouvir o senhor Presidente sobre a forma como vai encarar, em especial a descentralização de competências sobre as praias, porque são competências novas a ser atribuídas ao município e que, em princípio e, por princípio esta distribuição de competências é sempre bom, do seu ponto de vista. Referiu que, em outras ocasiões, já tinham falado no assunto, de que acham sempre que trazer para junto das populações e para as autarquias mais competências seria bom, os processos é que podem não ser os melhores. Uma vez que este não lhes parece ter nascido muito bem, daí o cuidado em fazer um acompanhamento junto com o senhor Presidente, porque entendem que assumir novas competências tem implicações, quer financeiras para a Câmara, quer de organização dos próprios serviços, e era nestas duas vertentes que pedia ao senhor Presidente da Câmara que os atualizasse sobre como é que se estão a organizar, de que forma vão encarar aquelas competências e do que é que o Município vai dispor. Disse, ainda, que isto os levava à questão que têm ouvido falar, que tem que ver com as alterações da organização interna dos serviços da Câmara. Relembrou que o senhor Presidente tem falado no assunto, em vários momentos, tem-lhes falado que, brevemente, apresentaria um organograma dos serviços da Câmara, e isso é realmente relevante para perceberem na Assembleia Municipal, que tem por função especial o acompanhamento e a fiscalização da forma como decorrem os trabalhos no Município, logo é muito importante que a Assembleia, também, tenha uma previsão de quando é que o senhor Presidente entenderia criar condições para fazer a publicidade desta nova

organização, mas gostariam de acompanhar o processo. Solicitou que fosse transmitida alguma informação.

Terminava com um assunto que tem que ver com o atraso, muito significativo, na publicação das atas das reuniões da Câmara Municipal. Referiu que o órgão da Assembleia Municipal deveria, obrigatoriamente, ler as atas, saber o que se está a passar, para depois, terem a avaliação e a fiscalização do que se está a fazer, quais as decisões e como foram tomadas, porque têm muito impacto na vida dos munícipes. Com o atraso existente, na publicitação das atas, não só a Assembleia Municipal está impedida de desempenhar as suas funções em plenitude, como também há, naturalmente, alguma falta de transparência para com todos os munícipes. Solicitou um ponto de situação sobre o assunto.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Também estive na reunião designada pelo acompanhamento do Plano Diretor Municipal e, também sabe como se passou e como funcionou a reunião e, provavelmente, aí é que está a falta de expectativas, em relação ao funcionamento da mesma. Referiu que perspetivava, até pelo interesse que o Plano Diretor Municipal tem despertado, que na reunião para os autarcas tivesse havido uma maior participação e um conjunto de propostas que pudessem melhorar, de forma significativa, o Plano Diretor Municipal e o regulamento, um pouco de tudo o que é a obrigação que têm como autarcas, dentro das matérias que dominam e espera que ainda o façam. Disse que iriam tentar que a reunião ainda se fizesse durante o mês de março. Deu conta que têm algumas reuniões já marcadas, nomeadamente por causa da reserva agrícola, RAN e REN, inclusive, solicitou uma reunião com a senhora Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e, ainda hoje, enviou um email sobre outro assunto, mas iria aproveitar para falar, também, sobre o Plano Diretor Municipal e pedir-lhe ajuda para que a negociação seja célere. Informou que teve conhecimento de um trabalho que estava a ser executado por uma empresa, que está terminado, pelo menos foi enviado para os serviços técnicos municipais, e dentro da medida do possível, este assunto vai voltar, obviamente, a reunião de Câmara. Referiu que desconhecia se o assunto foi enviado para as instituições, mas se não foi poderá ser, porque não há segredo de estado como por vezes é dito.

Relativamente aos serviços da Câmara e àquilo que a senhora Deputada Maria João Avelar referiu, concretamente em relação à descentralização de competências, todos percebem que foi um processo precipitado e sem preparação, que se não tivesse sido assim não teria sido executado. Sempre entendeu cada processo, com as suas especificidades, levariam o seu tempo, mas que, na sua opinião, alguns deles estão agora a começar, expressamente o da zona portuária. Deu conta que tiveram a primeira reunião, a semana passada, a segunda reunião estava prevista para sexta-feira, mas foi adiada para a outra semana, inclusive, acha que foi enviado, aos senhores Vereadores, os mapas que estiveram a preparar para negociar as áreas. Na primeira reunião, em Lisboa, esteve

acompanhado de um técnico e foi dito que era sua intenção que, particularmente, este processo não fosse fechado, obviamente, com a necessária discussão na Câmara Municipal, mas também da Assembleia Municipal. Referiu que a primeira reunião sobre a Educação está marcada para o dia 10 ou 11 de março, e é um dossier pesado, que se não estiver em condições para ser aceite, e a Comissão é presidida pelo próprio e vão ser exigentes, existem levantamentos feitos, mas a quantificação não é fácil e se entenderem que as coisas não estiverem claras e preparadas devidamente para aceitar a transferência de algumas das descentralizações, que se pronunciaram favoravelmente, devem equacionar, porque se colocar em causa o funcionamento dos serviços, devem ter muito cuidado. Em relação á habitação, particularmente à descentralização de três bairros, inicialmente pensaram que iriam ser todos negociados, mas foi-lhes dito que não, e em princípio serão dois bairros, com um mais pequeno. Informou que já estão indicadas as pessoas que vão representar o Município, portanto, esperam ser convocados para breve. Sobre as praias, referiu que se podem dividir em várias responsabilidades, uma delas são as chamadas concessões, que foram recebidas, foi assinado o ato com a Agência Portuguesa do Ambiente, em janeiro. Informou que os serviços estão a avaliar todos os dossiers para serem presentes a reunião de Câmara, para que todos tenham consciência do que estão a falar, porque às vez pensam que sabem, mas não sabem o que se passa, para depois procurar falar com cada um dos concessionários, porque há oportunidades nomeadamente para eles, mas também há algumas regras que, enquanto Município, vão ter que mudar e vão assumir, claramente, maiores responsabilidades, mas são sempre oportunidades e o concelho de Peniche precisa que se consiga construir novos equipamentos, novos acessos, novos ordenamentos, concretamente na zona do Molhe Leste, do lado de cá, que, na sua opinião, devem exigir mais espaço para fazer, porque aquilo ficou, com a cedência espaço aos estaleiros que atualmente não é utilizado, apertado. Disse que existem questões, nomeadamente na zona portuária, que pensava ser possível negociar de imediato, a cedência ou o assumir daqueles espaços, mas já perceberam que por causa da construção do quebra-mar e porque é financiado por fundos comunitários a cedência de uma parte dos espaços está condicionada à passagem, de alguns anos, depois de terminar aquela obra. Deu conta que não seria mau, porque os fundos comunitários, neste quadro, estão na parte final, será bom, e era bom que todos pudessem assumir isso, em termos de planeamento, ou seja, vão ter entre a fase final do Plano Diretor Municipal e o arranque efetivo do próximo quadro comunitário, independentemente das tendências que existem, e já existem tendências comunitárias para onde irão os dinheiros, e isso irá ser discutido na Oestecim e noutros locais, internamente terão que discutir e era interessante que a Assembleia Municipal também se fosse pronunciado, mas no fundo, também é verdade que não têm muito poder de influência. Outra parte da gestão das praias, tem sido o senhor Vereador Mark Ministro a acompanhar. Deu conta que está a ser preparado um protocolo, têm estado a negociar com a Capitania, há várias posições assumidas de algumas associações com interesses nas praias, e é preciso ter muito cuidado e não aceitar tudo aquilo que é proposto. Referiu

que este assunto teria que passar por uma discussão profunda, espera, em breve, conseguir apresentar o protocolo, que está a ser trabalhado, e que as posições de instituições, federações, associações que estão no terreno, porque existe muita concorrência, e terão que, para além de entender que devem defender a qualidade, há uma coisa que deve ser sagrada e essencial em termos de desenvolvimento deste concelho, a segurança. A segurança em geral, mas particularmente a segurança das praias que, na sua opinião, quem tem a rentabilidade das praias deve pagar, mas, tal como outros municípios que estão a experimentar, na sua opinião, o Município tem que assumir maiores responsabilidades, provavelmente, tem que coordenar e talvez contratar, mas tem que provocar e exigir as receitas para manter aqueles serviços de qualidade e de segurança. Referiu que o concelho é cada vez mais apetecível para todos e isso será determinante, porque vão haver mais pessoas, mais investidores, e isso poderá permitir mais construção, mais Hotéis e mais infraestruturas.

Deu conta que, ontem, estiveram na Oestecim a discutir a questão do Hospital, uma das questões que não perde por intervir em todas as reuniões em que o que o assunto é tratado, independentemente de conseguimos ou não a unanimidade. Referiu que teriam que tomar uma decisão rapidamente, o estudo tem que ser feito rapidamente para exigirem do Governo Central, que coloquem o dinheiro no Orçamento de Estado, porque Peniche precisa mesmo do Hospital, e não seria só este Hospital, é necessário existir um grande Hospital, que permita a muitos doentes, aos mais debilitados e aos que têm menos recursos, não ter que se deslocar todos os dias para Lisboa para fazer tratamentos.

Sobre a questão de organização, que todos os meses vai mudando, em termos do que penso da organização. Referiu que o organograma está na parte final e quanto mais fazem, mais confusos ficam, se é aquilo o melhor, mas não tem dúvidas que vai haver discussão política e de conceção de gestão que existe entre todos, que é diferente, mas vai enriquecer, naturalmente, o documento, o programa, a própria organização. Na sua opinião, um organograma nunca deve ser estanque e não devem ter receio de estar a fazer um agora e passados um ano ou dois, o poderem readaptar. Referiu que a Câmara Municipal teria que melhorar, de forma significativa, os resultados têm de ser maiores. Disse, ainda, que, no ano passado, não estava muito preocupado com a situação dos concursos de Chefes de Divisão, neste momento, para si, é determinante, e não podem estar à espera do organograma, e deu orientações nesse sentido a quem está a tratar dos concursos, porque é urgente e decisivo que o façam e estão a avançar, inclusive, já lhe foram comunicadas uma data para começar as entrevistas, tendo ficado satisfeito com isso.

Em relação às atas e à falta de transparência, houve mudança, e quando iniciaram o mandato, aquela secção era composta pelos Assistentes Técnicos, Marina Viola, Pedro Luís e a Patricia Silvestre, atualmente está só a Marina Viola, porque o Pedro Luís foi embora e a Patrícia Silvestre foi para a Tesouraria, e não se colocou mais ninguém. Referiu que a dificuldade na elaboração das atas tem que ver com a parte política, as intervenções do período de antes da ordem do dia, mas estão a ultrapassar a situação, sendo o objetivo

é que, a meio de abril, as atas estejam praticamente em dia. Disse que nas ultimas reuniões de Câmara, quem está presente, sabe que tem sido feito esse esforço, porque em quase todas as reuniões têm sido aprovadas várias atas e, também, acha que seria melhor para o trabalho de todos, que as atas estivessem mais atualizadas e publicadas. Disse que o objetivo não é haver falta de transparência, muito pelo contrário, e vão perceber daqui a pouco tempo que há várias medidas que estão a tomar, é organizar, exigir a quem está nesta casa, particularmente os mais responsáveis, que têm de corresponder, há um objetivo de controlar o trabalho que cada um faz, ele próprio controla o seu, os pendentes são todos controlados dia a dia, hora a hora, e não havia controlo, e há outros programas, outras aplicações que vão ser apresentadas em breve.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Trazia algumas questões, relativamente a repavimentações com especial enfoque na questão da Avenida da Liberdade, em frente à Escola Secundária, também, as várias entradas da localidade da Bufarda, mas o senhor Presidente acabou por dizer que aquelas situações estão identificadas, está a desencadear os processos para levar a cabo aquelas obras, pelo que vão aguardando.

No mandato passado colocou a questão e não houve desenvolvimento nenhum, e vão passando os anos e a situação deveria preocupá-los, que tem que ver com a Rua da Liberdade, nos Casais Brancos, nomeadamente com sete vivendas que estão sem rede de saneamento. Disse que a questão não é de fácil resolução, é um problema estrutural, não é conjuntural. Solicitou que os serviços, provavelmente, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, tentassem obter um relatório sobre a questão para perceberem se existe alguma questão a fazer o mais rapidamente possível.

Fez referência a um bom momento, que durou mais tempo do que se pensava, que tem que ver com a conclusão do Parque Infantil da Coimbrã.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Nesta Assembleia de fevereiro, que é uma sessão que não tem uma Ordem de Trabalhos pré-fixada, como a de junho não tem, esperava ter na Ordem de Trabalhos um conjunto de elementos para discussão, que todos sabem que estão pendentes, há muito tempo. Falava, em concreto, dos regulamentos que estão a ser revistos por uma pessoa que tem uma avença da Câmara para o fazer, que vem do mandato passado. Referiu que não colocava em causa o trabalho daquela pessoa, mas punha em causa a exigência da parte do senhor Presidente da Câmara, porque, há sete meses na Assembleia Municipal, o senhor Presidente disse-lhe que estavam prontos, para ir a reunião de Câmara, vários regulamentos. Na altura, não lhe perguntou quais eram, mas sabe que na reunião de Câmara lhe perguntaram, e o senhor Presidente respondeu que disse aquilo só por dizer. Referiu que, há cinco meses, lhe perguntou onde estavam os regulamentos que

continuavam sem aparecer, e sem serem presentes, sequer, em reunião de Câmara, e esta Assembleia, que deve fiscalizar o trabalho da Câmara, mas também trabalhar aprovando os regulamentos, mas tem que os ter para que depois não surjam situações em que as pessoas querem exercer os seus direitos e não podem exercê-los bem, porque a Câmara não está preparada para o fazer, porque não cumpre a lei em alguns desses casos e a questão é a Assembleia tem obrigação de os aprovar, mas a Câmara tem que os propor primeiro, e se contratou uma pessoa para os fazer tem que exigir a essa pessoa que os apresente, e se não estiverem perfeitos cá estaremos, como estivemos sempre, para aperfeiçoar. Disse, ainda, que apesar das divergências estiveram sempre disponíveis, e o senhor Presidente sabia muito bem disso, para trabalhar em conjunto para aperfeiçoar os documentos e para chegar a consensos, e em alguns casos, nos mandatos passados, a consensos muito difíceis, e agora, nas atas, estava a rever isso, sobre a questão do estacionamento, por exemplo, que foi difícilíssimo negociar que depois não se chegou a implementar quase nada. Referiu que a solução não é não discutir, porque isso não resolvia os problemas, tal como no caso do estacionamento, e essa re-discussão vinha a propósito do estacionamento pago no Baleal, que ficou por resolver a questão da ilha, e já estão em março, e há que resolver as questões com tempo. A democracia local deve respeitar os órgãos e respeitar a Assembleia Municipal, que aprova as deliberações, os regulamentos, que são para aplicar, como disse o senhor Presidente de Junta da Serra d'El-Rei, há pouco, o regulamento do orçamento participativo está em vigor e deve ser aplicado, como os outros devem ser aplicados e se é preciso rever cá estamos também para os rever, mas para podermos fazê-lo e para que as coisas possam acontecer, temos que ter trabalho também da parte da Câmara Municipal, e respeitar os órgãos implica que se cumpram as suas deliberações, que se cumpram quando há uma constituição de uma Comissão, como no caso do PDM e que ela se constitua e reúna e se é preciso afinar afina-se, mas tem que se reunir, tem que se fazer aquilo que foi deliberado, se é preciso realizar o orçamento participativo realiza-se, e afina-se se for preciso. Se é preciso dar condições, como resulta das deliberações de Câmara, às Juntas de Freguesia para que possam deixar de usar glifosato para acabar com as ervas tem que se dar essas condições, se há uma deliberação para colocar no site da Câmara os documentos e haver mais transparência isso tem que ser executado, não pode ficar na gaveta. Respeitar os órgãos implica cumprir aquilo que é deliberado e, portanto, o meu apelo, senhor Presidente é que seja cumprido aquilo que é deliberado pela Assembleia e pela Câmara Municipal. Em relação aos regulamentos, depois de sete meses de espera, esperava que em breve pudesse haver, de facto, regulamentos para aprovarem.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Relativamente à Wave Roller, energia das ondas, gostaria de perceber se estava a ser tratada alguma coisa. Explicou, para quem nunca ouviu, que se tratava de um consórcio de dez milhões de euros, que, no fundo, tanto a Câmara Municipal, como a

Junta de Freguesia têm que receber uma parte daquele dinheiro, ou do dinheiro que é ali ganho.

Em relação à Lusitaniagás, do grupo Galp, era uma empresa que obteve um terreno para utilidade pública, dado, permitido, ou deliberado pela Assembleia Municipal, para fazer uma junta autónoma de gás na Freguesia de Atouguia da Baleia, e apesar de poderem mandar na empresa, crê que a Câmara Municipal deveria entrar em contacto e tentar que empresa traga mais gás canalizado, porque do ponto de vista económico é mais vantajoso para as pessoas e, nomeadamente, por exemplo, para as IPSS.

Lembrou que o Partido Socialista solicitou, em Assembleias anteriores, quer o relatório de IMI, quer o da derrama, por freguesia, e nunca foi enviado.

Relativamente ao PDM, e já o tinha referido na última reunião de autarcas, na sua opinião, a Câmara deveria voltar às freguesias para fazer discussão com a população.

Sobre a questão do estacionamento, crê que neste momento, em relação à ilha, já não é necessário fazer alteração do regulamento, é necessário fazer a alteração do protocolo com a Junta de Freguesia. Deu conta que reuniram com a Câmara Municipal em novembro, e enviaram toda a informação na semana passada, e a questão dos residentes da ilha foi tida em conta, e isso está previsto no regulamento.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GECPP):

Disse que:

Sobre as pavimentações, estão dois concursos a ser preparados, um para a aquisição de massas, para fazer as obras por administração direta, as aplicações, e outro para uma empresa.

Relativamente à Rua da Liberdade, conhecia a situação, na sua opinião, é daqueles problemas que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento quando tiver oportunidade terá que encarar, como encarou outros. Referiu que teriam que colmatar uma situação, que tem que ver com a capacidade técnica de preparar, também nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, os concursos externos, nomeadamente de empreitada. Deu conta que uma das obras que está prevista avançar, e poderá ser classificada como pequena, é uma obra nos Bolhos, que tem a ver com saneamento e a construção de uma estação elevatória, que não estava previsto. Informou que há, também, uma obra, que é urgente, porque tem uma urbanização a aguardar, e a solução que desejavam, provavelmente, não vão conseguir fazer e têm de fazer uma estação elevatória para os lados da EN 247.

Em relação ao Parque Infantil, tinha criado expectativas quando lhes foi sugerido a sua construção na antiga escola da Coimbrã, que deveria ter sido em 2019, mas não conseguiram, felizmente conseguiram agora e espera que consigam em outros locais do concelho, onde as nossas crianças também precisam. Confessou que também ficou satisfeito. Referiu que ficou com a perceção que aquele espaço estava a ser utilizada pelas senhoras, até porque é uma escola pequena e tem condições excecionais para o convívio e a prática das rendas e de outras coisas.

Em relação aos regulamentos, tinha uma informação muito recente, deste ano, sobre os regulamentos existentes. Deu conta que alguns vão aparecer em breve, alguns estão prontos e alguns são complicados. Informou que o RMUE está pronto e espera brevemente apresentá-lo, mas não seria justo avançar sem o novo Chefe de Divisão estar nomeado, na sua opinião. Disse, ainda, que um outro instrumento que já deveria ter sido revisto, é o da tabela de taxas da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, que é urgente. Espera em breve levar a reunião de Câmara uma informação sobre aqueles que podem apresentar, os que vão para avaliação e dar seguimento para discussão pública e para todos os procedimentos. Há um deles, que é dos mais importantes, o Regulamento dos Horários de Estabelecimentos Comerciais, que tem um conjunto de normas que lhes impõem e uma delas ainda estão a analisar e a verificar se existe alguma imposição, porque seria muito preocupante para a gestão dos bares, principalmente dos bares noturnos, porque o resto está consensualizado e penso que não vai haver problema.

Em relação às questões que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel coloca, são aceitáveis, pode comungar das mesmas, mas é preciso tempo para as trabalhar e retirar aqueles dossiers da parte política, na sua opinião, não é agradável. Referiu que poderiam encarregar algum técnico, mas são dossiers que deve agarrar.

Em relação ao IMI, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal informou-o que solicitou a informação, mas há uma parte que ela não consegue, mas quando estiverem juntos poderão falar sobre o assunto.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que pretendia deixar um testemunho e um agradecimento, e pensa que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, estará de acordo, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela forma como demonstrou interesse na questão da transferência de competências para as freguesias. Na sua opinião, deve ser relevado o trabalho dos outros, quando os outros o fazem também, pelo que deixava um sublinhado pelo seu trabalho.

Aproveitou para dizer duas coisas, uma para perguntar ao senhor Presidente da Câmara, se se mantem a reunião para o início de março, sobre o assunto que falaram naquela reunião. Segundo, relativamente a uma questão que foi ali colocada, a questão da transferência de competências, disse que iria continuar a manifestar o seu empenho na Comissão de Acompanhamento da Transferência de Competências na Assembleia da República para ajudar, também, o Município naquilo que for necessário.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Se a Junta de Freguesia pudesse contribuir para avaliar aqueles documentos, uma vez que tem a ver com a freguesia, direta e indiretamente, também estariam disponíveis, porque têm todo o interesse naquilo. Sublinhou que aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra, d'El-Rei, Jorge Amador, disse do senhor Presidente da Mesa,

Américo Gonçalves, foi o que ele próprio disse a outra pessoa por telefone, que foi o papel importante que teve, dando um cumprimento ao camarada Presidente da Assembleia Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Pretendia fazer um registo aos trabalhadores e aos técnicos do Município, pelo esforço e dedicação que têm feito na abordagem da Descentralização de Competências das Freguesias, que é muito exigente e está a ter e está a ter resultados surpreendentes, daí ser necessário os restantes dados.

Transmitiu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, que não seria possível acabarem o trabalho, porque houve um atraso na entrega de alguns dados das freguesias, para confirmarem os espaços verdes, que os atrasou duas semanas. Propôs passar a reunião de dia 04 para dia 12, porque pensa que nessa altura esteja terminada a avaliação necessária. Perspetiva que nessa reunião se faça uma apresentação global, posteriormente iriam acertar se continuarão a conversar uma a uma, ou se globalmente. Na sua opinião, devem aproveitar o momento para clarificar um conjunto de questões, porque às vezes fazem-se afirmações que não correspondem bem à realidade. Deu conta que esteve a ver vários acordos, protocolos e descentralização de competências de outras câmaras e não é como se diz, porque uma coisa é dizer um valor por metro quadrado para a zona verde e para a limpeza, mas depois a maior parte das Câmaras não tem a participação para os salários dos trabalhadores. Referiu que não conhecia todas as realidades, mas Lisboa transferiu tudo, fizeram um acordo e ficou resolvido. Disse que deveriam aproveitar o momento para fazerem acordos justos, que não sejam de natureza política, que não resultam de uma avaliação séria da realidade, mas na altura foi o possível fazer e foi um grande passo que se deu. Defende uma coisa muito clara, as Juntas de Freguesia querem autonomia, querem decidir tudo, têm a verba do Orçamento de Estado e a verba dos Municípios. Na sua opinião, todos devem ser sérios, assumir mais recursos, ter mais dinheiro, mas cada um fazer bem o seu trabalho. Referiu que se querem um melhor concelho, de referência para o Turismo, o objetivo tem que ser da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesias, para que esteja limpo, mais bonito, oferecer melhores equipamentos, e nisso estão todos de acordo, e acha que vai acontecer. Disse, ainda, que, provavelmente poderiam fazer um acordo que fosse progressivo, mas sobre isso haveriam de falar, com certeza.

Presidente de Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse que a Mesa está sempre envolvida naquelas questões, não era só o Presidente da Assembleia Municipal, mas lembrou à Câmara Municipal uma questão que, na sua opinião, é de extrema importância, relativamente à transferência de competência, de que, até 30 de junho, têm que estar preparadas as transferências de

competências para as outras freguesias, que vão entrar no próximo ano, obrigatoriamente.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

António Moniz (GCEPP):

Disse que:

Relativamente ao documento, em geral, parece-lhe bem, mas já foi falado em outras sessões da Assembleia Municipal, que há, por vezes, algum desequilíbrio, informações muito detalhadas e outras pouco detalhadas ou com pouca informação e, sobre a isso, fez três comentários com perguntas ou, também, sugestões. Uma tem que ver, na página quinze e dezasseis, com o Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho, onde se explicita, com detalhe, as visitas, os relatórios, o fornecimento de material, que tipo de material, quantos são, que lhe parece bem, no entanto, gostaria que, doravante, a Câmara Municipal fornecesse, também, informação sobre acidentes de trabalho, que tipo de acidentes e quanto existem.

Mais adiante, da página trinta e dois e trinta e seis, fala, e parece-lhe muito bem, de um levantamento sobre a característica social do acampamento de pessoas de etnia cigana, mas depois não é dada mais nenhuma informação. Na sua opinião, o Município necessita ter a informação dos dados estatísticos que foram obtidos, com algum detalhe para que possam conhecer aquela realidade social e, portanto, do mesmo modo como se apresenta muito detalhadamente dados estatísticos sobre diversos outros temas, este é particularmente importante.

Finalmente, no ponto sobre modernização e qualidade, na página setenta e oito e seguintes, e voltando à ata que foi hoje aprovada, da sessão de setembro, onde a senhora Deputada Célia Martins referiu, e ele próprio esteve de acordo, relativamente aos problemas de transparência no nosso município, e referimos explicitamente a questão de a Assembleia Municipal ainda não ter uma página na Internet. Na altura foi feita a pergunta ao senhor Presidente da Mesa, à qual respondeu que estavam a trabalhar no assunto, mas no detalhe das descrições do que tem sido feito na Câmara, nomeadamente aquisição de equipamento informático, instalação, manutenção informático, etc., não há

uma palavra sobre o que se está a fazer, em relação a esta situação para poderem, pelo menos, preservar a informação das sessões da Assembleia Municipal, porque a informação em registo de vídeo, apenas está disponível a última durante algum tempo. Solicitou, novamente, um ponto de situação, porque faz agora este mês dois anos que o regulamento de funcionamento da Assembleia Municipal foi aprovado.

José António Amador (CDU):

Disse que:

Na página três do documento, refere que, em 03 de dezembro, o senhor Presidente reuniu com o Conselho de Administração da Docapesca. Perguntou se naquela reunião houve algumas mais valias para o concelho de Peniche, porque o concelho de Peniche, em 2019, foi novamente, como vem sendo há muitos anos, o primeiro porto, a nível nacional, em vendas de pescado.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Iria aproveitar o momento, pela forma como o senhor Deputado António José Amador colocou algumas questões, para agradecer a alguns dos técnicos municipais que fazem aquela informação, e algumas delas são muito completas, nomeadamente a que foi referida que tem evoluído, mas há dados que ninguém refere e são muito interessantes pelo trabalho diferente que está a ser feito, nomeadamente em termos de formação, em termos da Segurança e Higiene no Trabalho, que atualmente a técnica e o trabalhador Administrativo estão muito dedicados a esta área, que está um pouco sobrecarregada, que apresenta relatórios muito interessantes, que lhe traz mais preocupações, mas que têm que ter conhecimento das realidades. Acho que o pedido relativo ao número de acidentes de trabalho existe, são alguns, mas atendendo às circunstâncias são valores aceitáveis.

Em relação à outra questão, estão a procurar aprofundar. Referiu que estão a tratar do assunto num trabalho que está a ser desenvolvido, designado como Estratégia para a Habitação do Concelho. Informou que existem fundos, nomeadamente o Primeiro Direito, Fundos Nacionais que pretendem poder vir a utilizar, mas primeiro precisam executar aquele documento, a avaliação. Deu conta que conhece razoavelmente a situação da habitação, Património do Município, e fez uma listagem daquilo que achava que tem que ser tratado, quando estiver terminado será presente em reunião de Câmara e, depois, à Assembleia Municipal.

Na semana passada, à responsável da Docapesca, para além dos terrenos que estão a negociar, deveriam negociar a lota, e o senhor Deputado sabe que no passado ele próprio foi contra a privatização das lotas e ainda é. Referiu que era interessante conseguirem, porque até hoje nunca conseguiram, que uma parte das receitas ou uma parte dos lucros que a Docapesca faz, em Peniche, pudessem ficar no concelho. Disse que iriam tentar, mas não seria fácil, porque as receitas, os lucros, que se conseguem na lota

de Peniche são para sustentar uma grande parte das lotas do país que, infelizmente, têm mais despesa do que receitas. Se conseguissem um bom acordo na transferência de espaços para aquilo que são os objetivos de desenvolvimento do nosso concelho, e são vários, e se ao mesmo tempo conseguissem que a Docapesca tratasse dos seus espaços, pelo menos dos espaços internos, de uma forma agradável, que possa dignificar o nosso concelho, e não faz, porque não tem autorização. Relativamente ao Conselho de Administração da Docapesca disse que conseguiriam convencê-los, depois se eles convencerem os outros não sabe, porque uma das entidades que está presente na Comissão de Acompanhamento da Descentralização de Competências da zona portuária é as Finanças, e há um controle apertado dos dinheiros. Disse que nas relações com o poder central, aquilo que tem sentido é que há coisas que funcionam bem, quando conseguimos criar empatias com quem decide, mas quando são órgãos de gestão é muito complicado conseguir, porque eles não autorizam.

Presidente de Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, em relação ao site da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal andou a modificar todo o sistema.

2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVA DO RAMO CULTURAL, REDE CULTURA 2027 LEIRIA - COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado a palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da proposta da Câmara Municipal aprovada, por unanimidade, na reunião de Câmara realizada no dia 10 de fevereiro de 2020.

Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que aquela era uma boa proposta, merece o apoio da Coligação Democrática Unitária, e faziam votos para que Leiria tenha êxito. Referiu que quando falava de Leiria, falava da região, naquele caso região Oeste e do Ribatejo, logo só poderiam aprovar.

Deliberação n.º 1/2020: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a constituição da cooperativa, com a designação de Rede Cultura 2027 Leiria e respetivos estatutos.

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DESAFETAÇÃO DE CAMINHO PÚBLICO - ARLINDO FIDALGO ANTUNES, CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado a palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da proposta da Câmara Municipal aprovada, por unanimidade, na reunião de Câmara realizada no dia 17 de fevereiro de 2020.

Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que se tratava de uma questão pacífica, uma questão administrativa e que já deveria ter sido resolvida há muitos anos, felizmente, está em fase de resolução e, obviamente, teria o apoio da Coligação Democrática Unitária.

Deliberação n.º 2/2020: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, autorizar o Município a desafetar a área de 265 m² do Caminho Rural, sito na Serra d'El-Rei, assinalado na planta anexa, para integração no domínio privado do Município, com o objetivo de, posteriormente, ser permutada com igual área a ceder pelo requerente ao domínio público.

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL, IMPRESSÃO E ENVELOPAGEM, REFERENTE AOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 3/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para a aquisição de serviços para sistema de gestão comercial, impressão e envelopagem, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 4/2020: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de fevereiro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
